



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 064.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1.988

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes

da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Doralice Pina, ocorrido no dia 08 do corrente, na Cidade de Ponta Grossa-PR.

A extinta tinha 76 anos e era viúva de Florinaldo Soares.

Muito estimada pela comunidade pontagrossense, seu desaparecimento deixa uma grande lacuna, cuja lembrança será guardada com grande carinho pelos seus parentes e amigos.

REQUEIRO que cópia deste expediente, seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de licença para o trato de interesses particulares pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, após tramitação regimental, sejam tomadas providências cabíveis contra o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu-PR, Senhor Dobrandino Gustavo da Silva o qual vem praticando diversos tipos de ameaças contra minha pessoa, inclusive, telefonando para a Assessoria do Governador, no sentido de amedrontar este Parlamentar.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) JOSÉ FELINTO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 235/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica o trecho da PR-517 que liga os Municípios de Itambaracá - Andaraí

denominado "RODOVIA TSUNETO MATSUBARA".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

No ano em que se comemora 80 anos de imigração japonesa para o Brasil, tem o projeto de lei, a finalidade de homenagear a Colônia Japonesa na pessoa do dr. Tsuneto Matsubara, nissei, nascido em Itambara-ô, advogado e administrador, tendo se destacado na vida empresarial da região, bem como teve grande destaque na vida esportiva e sido por alguns anos o diretor do Matsubara Esporte Clube.

PROJETO DE LEI Nº 236/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através de seus órgãos da administração direta e indireta, que têm na sua estrutura, Capelas, a designar capelães, padres ou pastores, para o atendimento destas, independentemente do credo religioso.

Parágrafo Único - Os capelães referidos no "caput" deste artigo, serão designados para os atos, quando houver solicitação, de comum acordo entre o responsável da área onde está localizada a Capela e o Superior imediato do Religioso que prestará o atendimento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, se justifica, a medida em que constatamos em nossa sociedade uma variedade de opções religiosas.

Nos órgãos públicos estaduais da administração direta e indireta, tal situação não é diferente pois as diversas correntes se fazem representar através dos funcionários.

Tal proposta, pretende abrir um espaço para que todos estes funcionários tenham oportunidade de atender, dentro dos próprios órgãos, quando for o caso, às suas expectativas, com a realização de cerimônias religiosas de acordo com a sua crença.

Visa ainda o projeto, em seu Parágrafo Único, esclarecer sobre a normatização para que se processem tais atos, delegando responsabilidades aos responsáveis pelas capelas, como também, proporcionar uma regularidade para a consecução, exigindo um credenciamento do superior imediato para o

oficiante do ato.

Nestes termos, cremos ser justa a proposição ora apresentada e esperamos contar com a compreensão e aprovação dos Senhores Deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 237/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A área de terras arrecadada na ação discriminatória judicial proposta pelo Estado do Paraná, na Comarca de Prudentópolis, medindo 1.070,50 hectares, deverá ser destinada para fins de reforma agrária.

Art. 2º - As áreas de terras devolutas que se encontram sob posse de empresas particulares, deverão ser devidamente medidas, e arrecadadas ao Estado do Paraná, para fins de reforma agrária, nos limites com a área objeto da ação discriminatória judicial citada no "caput" do Artigo 1º.

Art. 3º - O Poder Executivo deverá proceder a medição no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI e
QUIELSE CRISÓSTOMO.

Apoiamento: Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Sabino Campos, Orlando Pessuti, Nestor Baptista, Hermas Brandão, Raul Lopes, José Felinto, Eduardo Baggio, João Arruda, Haroldo Rodrigues Ferreira, Algaci Túlio, Rafael Greca, Antônio Annibelli, Gernote Kirinus, Pedro Tonelli, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Cândido Bastos, Vera Agibert, Antônio Costenaro Neto, Erondy Silvério, Djalma de Almeida César, Pirajá Ferreira e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A área de terras objeto do presente, acha-se em situação de Ação Discriminatória Judicial na Comarca de Prudentópolis, em decorrência da existência de recurso de apelação interposto por terceiros, interessados na área. Ocorre que, as centenas de famílias que invadiram a área no último final de semana em busca de local para sobrevivência, estão sendo despejados pela Comarca de Irati, havendo, portanto a necessidade urgente de regularizar tal área para fins de reforma agrária e de esclarecer de que a área não pertence somente à Comarca de Irati, mas também a de Prudentópolis.

A área de 1.070,50 ha, objeto de Ação Discriminatória Judicial é apenas uma parte das áreas que pertence ao Governo do

Estado do Paraná, pois pode se constatar a existência de área de terras devolutas que se encontram encravadas no Núcleo Esperança e a região circunvizinha que pode ultrapassar a 10 mil hectares, necessitando também de ser regularizadas e arrecadadas pelo Estado, como propõe o Art. 2º do projeto de lei em tela.

Nestas circunstâncias, contamos com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente plano de lei.

E mais 13 (treze) assinaturas ilegíveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está finda a leitura do Expediente.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O que me traz a esta tribuna hoje, é para externar e informar à classe política, os homens que governam este País, aqueles que são responsáveis pelos programas de governo, sobre a preocupação dos mutuários, os famosos mutuários dos programas populares, demagógicos e eleitoreiros, que aí passaram.

Eu trago este problema à tribuna, porque já não consegue mais o pequeno trabalhador o assalariado, pagar as suas prestações, porque o sistema habitacional neste País, que foi tão decantado, discursado, feito como cabo eleitoral, do sonho da casa própria, da possibilidade do trabalhador ter uma casa para morar dignamente com sua família, não chegou a se concluir.

Realmente, foi um engano, foi um engodo, as prestações das casas, o sistema, o modo como foram comercializadas; vejamos a qualidade das casas populares, passando de uma empreiteira para outra, tendo três ou quatro, e chegando ao usuário daquela casa, ao futuro mutuário, sem condições e sem poder pagar.

É essa a realidade, que passam hoje, centenas de mutuários em todo o Paraná.

Ainda, no Município de Ponta Grossa, vim a saber que um funcionário da COHAPAR, foi apedrejado com o seu carro, porque a confusão estabelecida, as dificuldades e as promessas, os carnês das prestações, com seus aumentos abusivos não pode ser outra a revolta, a não ser agredir aquele que representa o governo.

Mas, infelizmente, este Parlamentar representa o Governo Estadual e não o Sistema Nacional da Habitação, ou seja, a Caixa Econômica Federal.

O sistema é federal e é repassado para a COHAPAR, mas eu culpo também os dois, porque todos nós somos responsáveis, pois levamos ao mutuário, a promessa de se ter

uma casa própria. E quando vemos, o nosso funcionário, o funcionário da COHAPAR, é apedrejado. E, não é só nesse município, também no meu Município de Pato Branco, onde há mil casas, mil mutuários em dificuldades e penúria sem poder pagá-las.

Há questão de seis meses atrás, a prestação da casa própria no meu município era de Cz\$ 775,00, mas, depois desses seis meses, ela foi para Cz\$ 14.778,00. É impossível ao assalariado que ganha apenas dois a três pisos salariais pagar uma prestação de Cz\$ 14.000,00. É preciso reverter toda esta questão habitacional no Paraná e no Brasil.

A situação do mutuário é de penúria e esta situação nos chama a atenção. Nós Deputados, nós Governo Estadual, devemos ir ao Governador Álvaro Dias mexer com o Senhor José Sarney, e Senhor Prisco Viana, que extinguiu, que fez da Caixa Econômica Federal também um baluarte forte para o seu Governo. Este BNH que já foi um engodo, este BNH que já foi a mentira, este BNH que foi um banco que era para ser um banco do trabalhador, virou banco da burguesia, virou um banco para financiar casa de alto luxo, classe A e não casas para o trabalhador.

É por isso, que nós precisamos intervir com nosso Governo do Estado para que o Governo Central, o Governo de José Sarney, faça uma mudança nessa política habitacional para que o nosso pequeno trabalhador, o assalariado, tenha condições e direito de um dia ter a sua casa própria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dentro do Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem toda a razão o Deputado José Rogério quando vem à tribuna, confirmar aquilo que nós falamos nesta mesma tribuna, já há alguns meses atrás, denunciando o estado de penúria em que vive o mutuário do IPE, por exemplo, o funcionário público, o mutuário da COHAPAR e eu trouxe aqui uma denúncia gravíssima do que está acontecendo no vizinho município de São Mateus do Sul, onde os mutuários da COHAPAR estão sendo despejados porque não aguentam mais, não suportam, o alto preço das mensalidades de suas casas. E, ainda hoje, eu recebia, pela manhã, a visita de um outro mutuário, também da COHAPAR, em que até ontem ele pagava Cz\$ 2.250,00 pela mensalidade, pela prestação, e hoje está pagando Cz\$ 11.000,00. De dois pulou para onze, não há quem aguente, não há quem suporte tantos aumentos assim. E isso, realmente nos preocupou, ao ponto até, de encaminharmos

por esta Casa, um Requerimento ao Secretário Odeni Mongrue para que tomasse as devidas providências nesse sentido a fim de reverter esta situação.

Mas, venho também a esta tribuna ao mesmo tempo que saúdo a presença, aqui hoje, de grandes artistas do Paraná. Artistas da terra que aqui se fazem presentes a esta Casa, que vêm pedir o apoio dos Parlamentares da Assembléia Legislativa para aprovação do Projeto de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Uma velha briga nossa de há muitos anos, que sempre cobrávamos da necessidade de se dar valor à prata da casa e condições para que o artista da terra pudesse realmente aparecer, não ir buscar em São Paulo, no Rio de Janeiro, o artista para vir aqui, cobrar um cachê altíssimo para fazer uma propaganda do comércio local. E até mesmo, nos eventos patrocinados pelo governo do Estado ou pelo Governo do município e, especialmente em campanhas políticas, que vão a São Paulo ou Rio, para trazer artista em detrimento do nosso. Esta é uma luta velha nossa, através de microfones, de rádio, de televisão e até mesmo da Câmara Municipal, aqui em Curitiba.

Portanto, nossa saudação em nome da Bancada do PDT a esses artistas extraordinários, que já levaram bem alto o nome dos artistas do Paraná a nível de Brasil e não é à toa, que nós temos hoje, no cenário nacional, grandes artistas e aqui muitos estão até esquecidos, muitos até já desconhecidos da platéia paranaense, porque não tiveram mais oportunidade. Nem sequer o Teatro Guaíra, tem mais espaço para o artista do Paraná, minha gente.

Então, é importante que se aproveite hoje, através dos Parlamentares de todas as Bancadas, homenageando essa classe tão importante na cultura deste Estado.

Mas, venho também à esta tribuna fazer uma reivindicação ao governo o Estado, para que tome as devidas providências em relação ao que está acontecendo no vizinho Município de Cerro Azul. Está se tentando fazer mais uma barragem para atender os apelos de São Paulo; são mais terras do Paraná e terras férteis do vizinho Município de Cerro Azul, divisa com Adrianópolis, quase divisa com São Paulo, que serão banhadas e que perderemos na agricultura do nosso pequeno agricultor, entregues de mão beijada ao governo paulista, aliás não propriamente ao governo paulista, mas especialmente ao empresário Emílio de Moraes, que quer fazer mais uma barragem, tomando as nossas terras, alagando-as e com isso, lamentavelmente, prejudicando o pequeno lavrador da região de Adrianópolis e de Cerro Azul.

E, ainda, peço também desta tribuna, fazendo um apelo ao Senhor Governador do

Estado, para que conclua as obras de asfaltamento do trecho Rio Branco do Sul a Cerro Azul, pois foram iniciadas há mais de um ano os trabalhos de terraplenagem, de cabeceiras de pontes, mas as máquinas foram retiradas e não se fez mais nada sendo que a população do Município de Cerro Azul, Adrianópolis e Rio Branco do Sul, está encontrando muitas dificuldades, sofrendo, para poder chegar até à Capital do Estado.

Providências ao Senhor Governador do Estado para que conclua os trabalhos de asfaltamento, de melhorias do trecho de Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, ilustres Senhores Deputados.

Na tarde de ontem, fizemos uso da palavra nesta Tribuna, para dizer sobre a nossa preocupação com relação aos despejos e invasões de terras que estão ocorrendo no Estado do Paraná.

E queremos comunicar à Assembléia, ao Senhor Presidente, aos Senhores Deputados, que estamos realmente muito preocupados com a situação reinante no Município de Prudentópolis, no Município de Irati e Inácio Martins, onde mais de mil e duzentas famílias de sem-terras, invadiram uma área de terras que estava sendo ocupada por uma empresa que se diz proprietária, mas que na verdade, mantém irregularmente a sua posse, mas que pertence ao Governo do Estado do Paraná, pois temos aqui em mãos um ofício...

Senhor Presidente gostaria que Vossa Excelência mantivesse o mínimo de condições para que pudéssemos usar a tribuna nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita aos nobres Pares para que fiquem atentos às palavras do nobre Deputado José Domingos Scarpellini, bem como às pessoas que se encontram nas cadeiras de honra deste Plenário.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pois bem, o Estado do Paraná através de uma ação discriminatória judicial já ganhou em primeira instância uma área de terras medindo 1.070 hectares, e que vem sendo grilada há muitos anos pela empresa que se diz proprietária desta área invadida em Prudentópolis.

No entanto, Senhor Presidente, Senho-

res Deputados, o Estado está discutindo uma área de terras medindo apenas 1.070 quando na verdade ela é de aproximadamente 15 mil hectares. Então, a empresa mantém posse ilegal, documentos "esquentados" sobre uma área de 15 mil hectares, e se discute apenas 1.070.

Para se pôr fim a esta situação, estamos apresentando aqui, na Assembléia hoje, um Projeto de Lei que dispõe sobre essas terras na Comarca de Prudentópolis, que devem ser destinadas para a reforma agrária, bem como na Comarca de Irati. O nosso Projeto diz o seguinte, Senhor Presidente:

"Art. 1º - A área de terras arrecadadas na ação discriminatória judicial proposta pelo Governo do Estado do Paraná, na Comarca de Prudentópolis, deverá ser destinada para fins de reforma agrária;

Art. 2º - As áreas de terras devolutas que se encontram sob posse de empresas particulares, deverão ser devidamente medidas e arrecadadas ao Estado do Paraná para fins de reforma agrária, nos limites com a área, objeto da ação discriminatória judicial citada no art. 1º.

Art. 3º - O Executivo deverá proceder à medição dentro de um prazo de 30 dias".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este nosso Projeto visa arrecadar das mãos dos exploradores, de grileiros, áreas de terras que pertencem ao povo do Paraná, e estes mesmos já fizeram correr sangue nesta área de terras devolutas no passado, agora, querem ver repetidas as cenas e as tragédias anteriores. Estão interpondo uma ação de despejo, e a Justiça da Comarca de Irati, acatou mandando cumpri-la. Antes de se proceder a ida da Polícia Militar, para fazer o despejo de 1.300 famílias, que certamente irá ser uma ação violenta, um despejo que correrá sangue, precisamos tomar aqui nesta Assembléia, uma providência. E a Comissão de Terras, da qual sou Presidente, vai se dirigir amanhã a partir das 8:00 horas, juntamente com a Deputada Vera Agibert, Deputado Haroldo Ferreira, Deputado Nereu Carlos Massignan e com o Deputado Pedro Tonelli, até essa área de terras no Município de Prudentópolis, na divisa com Inácio Martins e Irati.

E como é do conhecimento da maioria dos Parlamentares, vamos para uma área que está em conflito e precisamos ter as garantias da Secretaria de Segurança, porque se sabe perfeitamente que os proprietários e diretores da Empresa Terflan, que já são useiros e vezeiros em fazer violência contra pessoas e contra patrimônios, certamente já estão apontando o despejo para ser feito através dos jagunços, e nós estaremos para, juntos, dar a nossa solidariedade aos sem-terras, porque se o Estado tem terras não é para dar para uma empresa

ou para um grileiro.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei que apresentamos aqui leva, além da minha assinatura, assinaturas do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, da Deputada Vera Agibert, do Deputado Nereu Carlos Massignan e do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva.

Nós queremos realmente arrecadar essa área de terras que pertencem ao Estado do Paraná e destiná-las para aqueles trabalhadores que estão precisando dela para plantar, para viver e para criar as suas famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou me dirigir, companheiros, ao meu querido e prezado companheiro Deputado José Felinto até porque, sinto necessidade, porque, voltar ao programa do companheiro Luiz Carlos Alborghetti seria desnecessário.

Como sou ouvinte assíduo do programa do meu querido companheiro e ontem, ele me deu um gancho muito bom, "oportuno", para que eu pudesse me defender quando das acusações do Comando Geral da Polícia Militar. Desta feita, achei por bem e tornei público quando fazia ouvir através do telefone, que eu viria fazer alguns esclarecimentos e faço daqui, meu prezado companheiro de Bancada e de Partido, José Felinto. O prezado companheiro diz que eu faltei com ética em me ter conduzido daquela forma ao Comando da PM. Eu lhe perguntaria: em que sentido, qual o motivo, qual a razão e por quê levou o prezado companheiro a dizer isso, se tem de todo conhecimento, a convicção do que disse e a certeza do que ouviu dentro do programa.

É uma questão pessoal, um fato isolado meu e deste companheiro. Não vejo porque, baseou-se em regulamentos disciplinares para dizer e falar e até certo ponto analisar. O que há Deputado Felinto? Por que nós dois do mesmo Partido? Você me chamando à réplica para uma posição dessa? Eu queria lhe dizer José Felinto, meu prezado companheiro de Partido, não se envolva nisso, é um caso pessoal, não tem nada absolutamente nada, a menos que você prove em contrário, um fato totalmente isolado que não tem nada quando falou que eu faltei com ética. Eu, com ética. Olhe bem para você, pelo amor de Deus.

Até logo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ainda no Pequeno Expe-

diente, ao Senhor José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa do Paraná. Há exatamente alguns meses atrás, vim a essa tribuna denunciar que em Foz do Iguaçu havia negociata com relação a cassinos. Naquela oportunidade, fui eu, de uma maneira diferenciada, ameaçado pela imprensa, ou por pessoas indiretamente ligadas. E ontem, ligou e falei também com companheiros que iriam denunciar. Estava eu na ante-sala do Senhor Governador para falar com ele ontem à tarde, às 15:30, quando vieram dois telefonemas do Senhor Prefeito de Foz do Iguaçu. Prefeito esse que não sabe ser democrata, que não sabe respeitar democracia, que não reconhece o que democracia. Ele dizia para o Secretário Mário Celso que estava ao meu lado atendendo o telefone e ali me aguardava para conversar com Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, dizia o Prefeito:

"Diga ao Governador que se esse José Felinto pisar em Foz do Iguaçu, não voltará com vida".

E assistindo ontem o companheiro Luiz Carlos Alborghetti, na reunião da Bancada, perguntei ao meu caro amigo Raul Lopes, pois fui me inteirar sobre o assunto porque se houvesse por parte da Polícia Militar um desrespeito a ele como Deputado, estaria eu me solidarizando, mas como estava viajando na oportunidade, fui até ao coronel Wantuil que me deu a versão de um fato que estava acontecendo com relação à prisão do então cidadão da reserva, um Subtenente. Fui me informar porque queria vir a esta tribuna também me solidarizar com o mesmo, se fosse o caso.

Também preocupado com as ameaças, perguntei ao Coronel Raul Lopes, meu caro Deputado Raul Lopes, que foi Comandante da Polícia Militar, e eu como Vereador participei dos problemas dessa Cidade naquela ocasião, e aquela reunião era sobre os sem-terras, porém, não se tratou do assunto, ficaria para a Bancada resolver e ele disse que daria a resposta no Plenário. E, assistindo ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti estranhei a críticas dirigidas ao Coronel Wantuil e a alguns outros companheiros da Corporação Militar com relação à questão da prisão daquele cidadão, porque tinha um tratamento pior do que aquele quando Vossa Excelência era Comandante da Polícia Militar, meu caro Deputado Raul Lopes. Muitas vezes, quem sabe, Vossa Excelência não recebeu meu requerimento como Vereador. Quem sabe? E, às vezes alguns não recebem requerimento pois não chegam às suas mãos.

Vossa Excelência não pode negar de que existem maus policiais, que envergonham

aos demais da Polícia Militar. Agora, não é a maneira correta. Existe um regulamento disciplinar do Exército, e eu vivi o regulamento disciplinar da Marinha, e Vossa Excelência sabe que o Comandante simplesmente se dirigiu àquele Subtenente de acordo com o regulamento do qual Vossa Excelência muito conhece porque aplicou muitas vezes ali como Comandante da Polícia Militar.

Ética e respeito eu tenho, meu caro Coronel Raul Lopes.

Lembro-me que não fui a nenhuma Corporação da Polícia Militar para pedir votos ou para tentar forçar para que votassem em mim. Ética eu tenho, Senhor Companheiro, na hora em que vou tratar de assuntos de projetos de interesse da comunidade que represento.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) - Meu prezado Deputado José Felinto, gostaria, como sendo dois companheiros de Partido, que o Senhor não trilhaasse por aí, dizendo que eu fui pedir voto dentro da Polícia Militar. Eu sou representante Cooperativista, quer dizer, da Polícia Militar e, como tal, não poderia deixar de ser diferente, assim como Vossa Excelência fez dentro da sua Igreja.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, eu não entendi a questão de Ordem. De qualquer maneira gostaria que descontassem um minuto do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência tem 30 segundos.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu tenho ética respeito e o interesse das categorias que represento. Tenho ética para tratar... Agora, trato na mesma medida em que sou tratado, com a mesma moeda. Há pessoas que confundem que, por você ser evangélico, você seja obrigado a estar cabisbaixo para ir ao matadouro como foi Jesus Cristo. Ainda não cheguei a este estágio. Isto serve para todos os companheiros desta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Consulto ao Deputado Paulino José Delazeri se fará uso do seu tempo.

Estando ausente, consulto o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu declino, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Havendo declinado, consulto ao Deputado Erondy Silvério se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Inicialmente quero agradecer a gentileza do nobre Deputado Nereu Carlos Massigan em declinar do seu tempo a fim de que eu pudesse fazer esse pronunciamento que considero muito importante para a economia do País.

Há poucos dias ou semanas ocupou a tribuna desta Casa o nobre Deputado Lindolfo Júnior, e que fez uma defesa muito veemente do Programa Pró-Álcool. Nós, na oportunidade, ouvimos calados, a sua exposição em defesa do Pró-Álcool, embora não concordássemos com as colocações de Sua Excelência. Entretanto, hoje, Senhor Presidente, no instante em que o povo Brasileiro vive momentos dramáticos, com o agravamento da crise econômica, em consequência da social, no País ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu solicito aos nobres Pares e aos companheiros da imprensa, que aqui se encontram, que por gentileza ficassem atentos ao pronunciamento do nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Com o agravamento da crise econômica, em consequência da social, tem surgido principalmente por parte de Parlamentares em todo o Brasil, sugestões das mais diversas para evitar que este País vire o caos total, pois a situação de hoje é insustentável.

O Governo Federal continua surdo, não só às reivindicações e aos apelos do povo brasileiro, mas também àqueles que querem ajudar o País a sair desta situação, para mim e para todo o povo brasileiro é vergonhosa. O Presidente José Sarney, enquanto isto, pede continuamente mais sacrifícios para o povo, enquanto que não se vê contrapartida do próprio Governo, principalmente das estatais. E o povo brasileiro continua sendo, até paciente demais.

Uma das propostas para ajudar o País a sair da crise foi elaborada por João Augusto Conrado do Amaral Gurgel. Ele publicou inicialmente seu alerta em 1984, sob o título: "Brasil a caminho da auto-destruição", comparando o álcool hidratado a uma bomba de fantástico poder destrutivo. Passados 4 anos do alerta, nenhuma medida, ou pelo menos consideração, sobre a denúncia foi feita, assistimos, estarrecidos, a própria PETROBRÁS, antes uma empresa pode

rosa, hoje se debatendo numa crise terrível, com um buraco de caixa devido exatamente ao Programa Pró-Álcool.

Nenhum Governo poderá salvar a economia brasileira sem o imediato redirecionamento do Programa Pró-Álcool, pois o problema é muito sério.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Concede-me um aparte, Excelência?
(Assentimento do orador)

Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência como um Parlamentar nobre e conhecedor dos problemas do Estado do Paraná e naturalmente da política brasileira, muito me tem admirado. Mas, neste momento, admira-me Vossa Excelência registrar na tribuna, eu acredito que notícias que não são verdadeiras que lhe passaram, a informar que o Pró-Álcool inviabiliza a PETROBRÁS e leva a culpa da diminuição do lucro, quando na verdade, sendo militante do meio de produção de álcool, conhecedor profundamente das razões e trabalhando em cima de dados e comprovando com debates em congressos, com a própria PETROBRÁS, nós temos a certeza de que este sim é engodo. A PETROBRÁS, no afã ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu só pediria que Vossa Excelência não fizesse, um discurso paralelo. Eu gostaria que Vossa Excelência concluísse.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - (Aparte):

Eu concluo já, Deputado. A PETROBRÁS, no afã de querer derrotar uma atividade de economia interiorana que é o Pró-Álcool, tenta, através da imprensa, gastando 10 milhões de dólares por ano na imprensa, fazendo propagandas, para acabar com o Pró-Álcool. Então, publicam dados mentirosos e que levam a população a acreditar. Infelizmente, é mais uma farsa brasileira, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - O que eu estou admirado, e até compreendo é a posição de Vossa Excelência.

Vossa Excelência vem de uma região que explora, fartamente o programa Pró-Álcool. Vossa Excelência está defendendo os latifundiários, os homens que realmente vivem às custas deste programa que está enterrando a economia brasileira.

Seria muito mais bonito se Vossa Excelência dissesse que estas terras deveriam ser destinadas à produção de alimentos. Para isto essas terras existem. Para isso Deus fez o Universo.

Vossa Excelência não me deixou concluir o pensamento e já está querendo adiantar, não sabe o que está escrito na frente; Vossa Excelência não sabe o que eu vou dizer; Vossa Excelência está colocan-

do, exatamente, o carro na frente dos bois. Dessa forma Vossa Excelência não sai do atoleiro e nem o País.

Nenhum governo, Senhor Presidente, poderá salvar a economia brasileira sem o imediato redirecionamento do Pró-Álcool.

Um problema muito sério e não pode ser tratado com descaso sob pena de chegarmos a curto prazo a uma situação catastrófica, e irreversível.

A proposta do engenheiro Gurgel é de reduzir os preços dos combustíveis, derivados de petróleo a níveis dos preços norte-americanos. Isto é perfeitamente viável e salutar para o País. Senão vejamos, com igual área territorial produzimos mais petróleo em relação ao nosso consumo do que os Estados Unidos. Se o povo americano consegue pagar cerca de Us\$ 0,75 equivalente Cz\$ 22,00 em abril por um galão de 2 litros e meio de gasolina, sem nenhum subsídio, o povo brasileiro devia pagar o mesmo valor.

Convém lembrar que a PETROBRÁS tem explorado gasolina azul ao equivalente a Cz\$ 11,50 o litro enquanto isso, nós pagamos Cz\$ 134,00 a gasolina comum.

Uma das principais vantagens com a redução do preço da gasolina seria que o preço se aproximasse ao do óleo diesel que, no momento, se encontra no mesmo nível dos preços americanos. Diminuindo em consequência da forte pressão de degelização da nossa frota.

É importante citar que enquanto o nosso volume consumido de gasolina reduziu-se em 36%, o aumento do consumo de óleo diesel já beira a casa dos 100%. A redução dos preços dos combustíveis terá como consequência imediata a redução do custo dos transportes, da alimentação e da habitação, reduzindo drasticamente a inflação.

A redução dos preços dos combustíveis contribuirá com o aumento da nossa produção industrial diminuindo os custos de produção, e fornecerá ainda ao governo um fantástico incremento da arrecadação de impostos, tão necessário ao equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

A redução dos produtos industriais contribuirá decisivamente para o incremento das nossas exportações sem a necessidade de grandes subsídios que drenam os cofres do governo.

A indústria automobilística poderá atingir, a curto prazo, a produção de 1,5 milhão de veículos por ano para o mercado interno, proporcionando ao governo cerca de 4 bilhões de dólares em impostos arrecadados, mesmo se reduzidas as alíquotas aos níveis de 1985. Porque, hoje, todos sabemos que do custo de um veículo, 70% é imposto direto e indireto que o Governo cobra. Quando em 1985 esse percentual era de apenas 45%.

A redução nos custos de transportes, da alimentação e da habitação proporcionará substancial aumento do poder aquisitivo do povo brasileiro, reativando todos os setores da Economia. Outra consequência será o aumento do nível de emprego, que eliminará a grande tensão social e drasticamente a violência urbana.

Após 8 anos de estudos, Gurgel chegou à conclusão de que a produção do álcool hidratado deveria ser imediatamente interrompido, passando a fabricar somente o álcool anidro, num volume de três bilhões de litros, por ano, que seria utilizado como aditivo antidetonante. A PETROBRÁS voltaria a produzir 2 tipos de gasolina, a normal e a super, ou seja, a azul, que utilizávamos antigamente e que exportamos hoje. A gasolina azul teria aditivos do álcool anidro ao mesmo tempo não criaríamos problemas para os usineiros, que tão veementemente foram defendidos, há pouco, nesta Casa.

Por que não se criaria problemas para os usineiros? E, lamentavelmente, o Deputado que me aparteu, no ponto mais importante do meu discurso, está de costas voltadas para esta tribuna, no instante em que chegamos no cerne da questão, e que as observações que fazemos não são exatamente para prejudicar usineiros. O Deputado que, tão veementemente, defendeu os usineiros, nesta Casa, estava de costas para a tribuna, portanto desinteressado na continuação do nosso pronunciamento.

Repito, Senhor Presidente, a gasolina azul teria aditivos do álcool anidro, ao mesmo tempo não criaríamos problemas para os usineiros. A margem do usineiro, por litro do álcool anidro seria aumentada 4 vezes, compensando assim a redução de produção da sua usina. Claro, se o álcool anidro é um aditivo antidetonante da gasolina azul, é evidente que seria aumentado 4 vezes o seu preço, compensando, desta forma a redução de produção dos usineiros, se é que se pretende defender usineiro nesta Casa.

O álcool anidro seria produzido numa área de apenas 25% da área total, é aí que está a importância de se pensar um pouco, sem termos apasionantes, sem radicalismos, na proposta deste brasileiro, como o Dr. Gurgel, que quer apenas contribuir com seus conhecimentos, com a alta tecnologia apurada nos seus livros, para que possa, efetivamente, o País safar-se um pouco, da triste situação em que se encontra.

Repito, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o álcool anidro seria produzido numa área de apenas 25% da área total de hoje, ao lado das usinas. O que diminuiria ainda mais o seu preço, pela redução do custo de transportes, bem como, pela maior facilidade de adubação, porque

hoje, aqueles que defendem o Pró-Álcool não sabem que o caminhão que entra na plantação, que as máquinas que moem a cana e produzem álcool, são movidos à "Diesel" que o transporte do álcool é feito por veículos movidos a Diesel, e a diselização excessiva da nossa frota é que tem carregado a economia brasileira para o caos, porque a nossa inflação é decorrente dos altos preços dos combustíveis, isso ninguém pode negar, ou pelo menos da expectativa da alta de preços. A cada vez que o Governo Federal anuncia a possibilidade, isto é a cada 30 dias, do aumento dos combustíveis, já há uma remarcação geral de preços, então eu não vejo onde, e qual a contribuição que o Pró-Álcool traz para a economia do País!

Se 75% da área plantada de cana for destinada para a produção do álcool o que restaria? Cerca de 5 milhões de hectares das melhores terras do País e próximas aos grandes centros de consumo, seriam gradativamente destinadas a produção de alimentos, que é a verdadeira finalidade da terra.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu já darei o aparte mas Vossa Excelência faz discurso paralelo. Eu não posso dar aparte a Vossa Excelência nessas condições, pois interrompe o raciocínio. Antes que eu chegue no cerne da questão Vossa Excelência já vem defender o usineiro sem saber o que eu vou falar, o que eu vou dizer.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Eu gostaria de enriquecer o aparte de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu darei o aparte a Vossa Excelência com muito prazer. Tem o aparte.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Nobre Deputado, a minha intenção não é de forma nenhuma defender os usineiros.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela agressividade com que Vossa Excelência interrompeu o meu discurso, eu assim pensei. Peço desculpas a Vossa Excelência se eu me equivoquei.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Esta colocação ela não me atinge porque eu me sinto inteirado no meio de produção, de energia vital para o nosso País, e não apenas como usineiro. Usineiro é uma expressão pejorativa dos tempos antigos, em que os usineiros tinham os engenhos e dominavam a população e a escravidão. Hoje,

vivemos graças ao Pró-Álcool, em tempos modernos, aonde as destilarias de álcool e as usinas que o produzem, traduzem, no interior, a sobrevivência dos pequenos municípios.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência entendeu - desculpe interrompê-lo -, o teor da proposta? Não haverá prejuízo econômico nenhum aos produtores de álcool, porque eles passarão a produzir, ao invés do álcool hidratado, o álcool anidro, que será aditivo antidetonante da gasolina azul.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Eu entendo perfeitamente, nobre Deputado, conheço também as propostas do Sr. Gurgel. Ele é um combatente assíduo do PRÓ-ÁLCOOL, doentio; nós conhecemos esse combate dele.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Bom, eu não posso avaliar o estado de saúde do homem, se ele é doentio ou não.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Não. A preocupação dele é doentia. Ele combate ferrenhamente sem buscar uma razão mais lógica. Nós acompanhamos isso profundamente.

E eu diria que o Sr. Gurgel merece o nosso respeito quando instala no nosso País uma indústria automobilística inteiramente nacional. Nós estamos neste campo aguardando uma evolução de sua indústria, e vamos aplaudir-lo, porque é isso o que queremos, como brasileiros que somos.

Mas, no tocante ao álcool, quero informar a Vossa Excelência que afirmou aí da tribuna, eu disse que as informações, às vezes, não chegam como são, na verdade, que as máquinas que moem as canas são movidas a diesel. As máquinas que moem as canas são movidas do próprio bagaço de cana. Ela gera a própria energia, não conforme disse Vossa Excelência, de forma nenhuma.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado pela correção.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Agora, outra coisa.

A frota das usinas são, não neste momento, porque infelizmente todos os programas para se fazer o progresso neste País foram erradicados, e Vossa Excelência, acho que concorda comigo. As máquinas das usinas, os tratores e os caminhões foram, na sua implantação, subsidiados para que comprassem caminhões e consumissem o próprio álcool. Grande parte das frotas, são à álcool.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E por que não o

foram? Porque não aprovou. O álcool não tem energia suficiente para mover o trator, e muito menos o caminhão.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Na nossa usina 50% da frota é à álcool.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Na sua usina pode ser. E os caminhões que transportam álcool para os postos de distribuição, também são movidos a álcool?

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Mas aí é outra história, nobre Deputado.

Eu concordo com Vossa Excelência. Só completando a minha parte. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que nós também comungamos com a preocupação do redimensionamento do combustível no nosso País. Aí sim. Mas temos propostas das mais diversas, que é a de introduzir o álcool, aliás, a gasolina no álcool, e não o álcool na gasolina.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e eu não sabia que Vossa Excelência era usineiro, mas quero pedir desculpas a Vossa Excelência. Eu não falei de forma pejorativa. Acho que o dono da usina é um trabalhador como qualquer outro neste País. Todos estão contribuindo para o desenvolvimento da Nação. Eu não o fiz de forma pejorativa.

Mas, retornando, Sr. Presidente, 75% da área plantada de cana para a produção do álcool, atualmente, cerca de cinco milhões de hectares das melhores terras do País, e próximas aos grandes centros de consumo, seriam gradativamente destinadas à produção de alimentos, com a consequência natural da redução dos seus custos, colaborando de maneira decisiva para a queda da inflação. Aí o cerne do pronunciamento, é reaproveitar essas terras para produção de alimentos. Os usineiros estariam assim contribuindo para a melhoria da alimentação, bem como evitando gastos de divisas para importação de alimentos básicos.

Dentro desse contexto, deve ser interrompida a fabricação de veículos movidos à álcool, em menor tempo possível. Os três milhões e 500 mil carros a álcool, seriam gradativamente transformados em veículos movidos à gasolina azul, com conversão extremamente simples e de custo reduzido. Esses carros, uma vez transformados, proporcionariam uma performance de até 16 quilômetros por litro de gasolina azul.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, analisamos bem a proposta de Gurgel antes de trazê-la a este plenário, ela é não apenas viável como também necessária, é uma alternativa como tantas outras que o Governo não quer ouvir e que vai ajudar o País a sair da crise. É preciso que a se-

riedade tome conta do Governo Federal, e que a Nação não pode continuar pagando os preços às custas de mais sacrifícios, das aventuras dos tecnocratas de Brasília. Soluções como essa que acabamos de relatar, não são difíceis, nem impossíveis a médio prazo; e já que esse pronunciamento foi contestado por um homem que vive o problema diário do PRÓ-ÁLCOL, Deputado oriundo de uma região alcooleira eu requero, Sr. Presidente, ouvido o Plenário, que se convide o engenheiro Amaral Gurgel, para que ele compareça a esta Casa para fazer uma conferência e rebater todos os pontos, que eu não tenho condições, porque não vivo no meio alcooleiro.

Eu talvez esteja até errado no meu raciocínio, no meu ponto de vista, apenas quis oferecer minha contribuição de Parlamentar experiente, para encaminhar ao Presidente da República, através da Mesa, à Bancada paranaense do Congresso Nacional, ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da PETROBRÁS, cópia desse pronunciamento.

Mas aproveito também requerer à Mesa, ouvida a Casa, que convide o engenheiro. Não se fazem tantos simpósios nesta Casa? Que se convide o engenheiro Amaral Gurgel, para aqui comparecer e debater com os Srs. Deputados.

Talvez eu esteja errado e o engenheiro também, talvez a solução do PRÓ-ÁLCOL seja a salvação da Nação, mas o "déficit" nesta conta se aprofunda cada vez mais, isto é inegável.

E se nós hoje estamos pagando a gasolina a Cr\$ 134,00 o litro, e o álcool logo vai encostar na gasolina, porque a PETROBRÁS não aguenta mais os prejuízos da comercialização, do subsídio ao transporte, do álcool, isto também é um fato inegável, nós sabemos que isso tem efetivamente contribuído para a aceleração da inflação no País.

É uma causa talvez, que não tenha um peso tão acentuado, e todos nós sabemos que é o excesso de gastos do Governo Federal, que eleva o "déficit" público, obriga o Governo a jogar Obrigações do Tesouro Nacional no mercado financeiro. Isto aqui se transformou num imenso cassino.

Hoje eu vi aqui alguns dos Srs. Deputados protestando com muita razão contra o aumento das prestações, dos imóveis financiados pelo Plano Nacional de Habitação, mas em contrapartida a caderneta de poupança remunerou 25% este mês, quer dizer, o dinheiro dessa remuneração sai exatamente dos prestamistas, porque este País transformou-se num imenso cassino; porque o governo para conseguir mais um ano de mandato, gastou o nosso dinheiro; dinheiro do contribuinte, infelizmente, emenda do

pastor do diabo, que é Deputado pelo Paraná, o evangélico Matheus Iensen.

E, para a sua emenda ser aprovada, o Governo gastou bilhões de cruzados, não do dinheiro dele, mas do nosso, porque, o dele está bem guardado, no exterior.

Então, talvez, não seja o PRÓ-ÁLCOOL a causa predominante da inflação, mas ela efetivamente tem um peso muito acentuado.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Só para esclarecer, nobre Deputado, que são os pontos que nós da produção do álcool discordamos violentamente, é justamente por isto que levamos a pecha de que somos os culpados do "déficit" da PETROBRÁS. Vê bem...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria de interromper Vossa Excelência. Eu não culpei ninguém, eu acho que os produtores de álcool não têm culpa. Eles atenderam um programa emergencial, em 1964, do Governo. Mas eu acho que foi mal conduzida, essa política. Que está em tempo de corrigi-la. Eu não estou culpando ninguém.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Mas a PETROBRÁS nos condena injustamente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não falo pela PETROBRÁS, nem acionista sou.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Um litro de álcool é fornecido pelas unidades produtoras por 68 cruzados, para a PETROBRÁS; e ela vende, na venda final, por 92 cruzados.

Portanto, um lucro bruto de 24 cruzados. Em termos percentuais, quanto representa? Quarenta por cento.

Agora, talvez seja este sim, o mau gerenciamento, o transporte dos combustíveis no nosso País. Porque enquanto as transportadoras estão falindo por falta de lucros, as transportadoras de petróleo do País enriquecem violentamente e são monopólio de meia dúzia. Isto sim, ninguém vai contestar. É isto que nos coloca em xeque, e nos cria dificuldade.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência pode usar o tempo da Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não seria válido então, a aprovação do requerimento, para que aqui compareça o homem que conhece o assunto tão bem quanto Vossa Excelência e de alguns outros Srs. Deputados que são de região petroleira, como o próprio Deputado Lindolfo Júnior, que fez uma defesa brilhante. Não seria positivo um debate? Esta não é uma Casa de debates, não é o fórum do povo?

fórum do povo?

Não seria positivo a vinda deste homem aqui? E Vossa Excelência poderia até mudar o seu pensamento.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Eu me associaria a Vossa Excelência para este debate, mas que nós também convidássemos os representantes do PRÓ-ÁLCOOL...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência encaminha um requerimento no mesmo sentido, e eu voto com todo o prazer.

O Sr. José Rogério Carvalho - Concede-me um aparte, Deputado?

Deputado Erondy Silvério, eu estava atento ouvindo o seu pronunciamento e concordo plenamente. Como empresário e como membro da Comissão de Indústria e Comércio, o seu requerimento, de trazer a esta Casa, para que, num simpósio, num debate amplo, ou seminário, esta Comissão possa realmente levantar estes dados e dar conhecimento deste ilustre companheiro Gurgel, cientista, o fabricante de automóveis, e gostaríamos muito mais. Vossa Excelência tem o acatamento pleno da nossa Comissão, e eu como Presidente da Comissão, acho muito interessante para a nossa Casa e ao povo do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado.

Então, eu gostaria até que Vossa Excelência tomasse a iniciativa da organização desse simpósio, desse Fórum de Debates, onde seriam convidados os usineiros, os produtores de álcool, os transportadores e o próprio Mário Gurgel.

Porque, da discussão nasce a luz, é um adágio antigo, mas certo e correto.

Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) No Horário das Lideranças, ainda, consulto a Liderança do PL, se fará uso de seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de saudar os artistas paranaenses que, na defesa de seus interesses, comparecem à sessão deste Parlamento, quando está na Ordem do Dia matéria de interesse de parte da categoria dos trabalhadores paranaenses, que são os artistas.

Gostaríamos também de deixar mais uma vez registrada na tribuna desta Assembléia a preocupação de outra parte de trabalha-

dores paranaenses: os mestres, os professores da Rede Estadual que, lamentavelmente tiveram que apelar à greve, para a paralisação, porque o diálogo foi insuficiente para serem compreendidos.

Lamentavelmente o Governo do Estado continua indo à televisão e aos meios de comunicação afirmar que já concedeu 294% de aumento só nesse ano, e que este aumento é acima da URP. Agora, este mesmo Governo, deveria usar o mesmo espaço e afirmar, com sinceridade, que duzentos e noventa e poucos por cento em cima do menos da metade do salário real há um arrocho de mais de 50% dos salários dos professores.

Este mesmo Governo do Estado deveria ter a grandeza de usar os meios de comunicação social e afirmar que oito salários/referências que os mestres estão reivindicando é menos do que três salários-mínimos que a categoria conquistou a duras penas em mobilizações, com greves no passado, mas isto não está sendo dito no espaço pago pelo dinheiro público que o Governo usa em horário nobre da imprensa paranaense.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dar aqui testemunho de conhecimento "in loco" que tomei na tarde de ontem, de outra parte dos trabalhadores paranaenses, a luta dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná. Tenho que concordar plenamente com as afirmações de ontem e de hoje, dos nobres Deputados Domingos Scarpellini, Rafael Greca e Vera Agibert, na imprensa, onde lamentam os últimos episódios relacionados com a Polícia Militar do Estado, o tratamento que eles estão dando em nome do Governo a resposta, em nome oficial, aos sem-terras do Paraná, lamentavelmente ocorrido no Município de Ibituruna no último sábado...

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, eu lhe concedo, nobre Deputado.

Visitei na tarde de ontem, por convocação do "Movimento Estadual dos Sem-terras" uma ocupação praticada e planejada pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terras no Município de Prudentópolis, Centro-Sul do nosso Estado. O que percebemos lá? Um enorme latifúndio, um infinito de matas naturais improdutivas, desocupadas. As marcas da história nos contam que eram áreas do governo que foram grilladas por empresas que ainda se dizem ter o domínio daquela região, somadas com áreas que foram grilladas à base da bala. Ouvi depoimentos aonde proprietários circunvizinhos dessa região foram despejados no bico do revólver. Uma família aonde o proprietário era cego e que não podia fugir das ameaças

foi assassinado no passado por membros dessas empresas que hoje se dizem donas e têm domínio dessa região.

O que eu vi lá, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e que gostaria de endossar a intenção do nobre Deputado Scarpellini e que uma comissão representando oficialmente este Parlamento deveria ir lá para ver mais de mil e quinhentas famílias de trabalhadores de mais de vinte municípios do Paraná com suas esposas, com seus filhos em barracos de lona dispostos com suas foices, suas enxadas, suas reservas de sementes, um pouco de alimentação, para iniciar uma vida nova onde eles pudessem produzir o alimento, onde eles pudessem construir a sua casa, onde eles pudessem produzir a riqueza do Estado e onde eles pudessem criar a sua família.

Seria bom que todos os Parlamentares conhecessem aquela realidade, a vontade daquelas mil e quinhentas famílias que estão lá em Prudentópolis acampadas, porque aí sim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós seríamos os primeiros a ir até o Palácio Iguaçu, seríamos os primeiros a ir até o INCRA, seríamos os primeiros a ir até o Ministério da Reforma Agrária e ter justificativas que convencessem este Governo que a reforma agrária é boa para a Nação, é bom para o Estado e é bom para o povo do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Deputado Tonelli, quero também hipotecar a minha solidariedade e do próprio Partido, Partido Democrata Trabalhista a este seu pronunciamento, de grande importância em relação aos acontecimentos verificados em Prudentópolis e também em Bituruna e dizer que não se deve fazer a crítica a Polícia Militar, porque a Polícia Militar ela desempenha uma função, uma missão e evidentemente que ela é autorizada em qualquer movimento, em qualquer ato que ela participe, ela tem uma autorização superior.

Então, deve-se creditar os fatos lamentáveis ao Governo do Estado do Paraná, ao Governo do PMDB que manda a Polícia descer o cacetete em cima dessa gente. Isto acontecia na Velha República e continua acontecendo agora também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao Deputado que se encontra na tribuna que o seu tempo já está esgotado em mais de trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Trinta segundos para concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O seu tempo já foi ultrapassado em trinta

segundos.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a tribuna neste horário da Liderança do PFL para hipotecar solidariedade às reivindicações dos professores do Paraná.

Nós entendemos que o Governo do Estado, nosso entender, injustamente, procura usar os espaços nos veículos de comunicação para amedrontar a população, para amedrontar os professores, alegando que os professores do Paraná entre os funcionários públicos são os mais privilegiados e talvez até do País.

Na verdade o professor do Paraná não é um mendigo quanto tantas outras classes, mas também não é o melhor remunerado no nosso País.

Os professores vem sofrendo injustiças do Governo do Estado que cresceu, nasceu e cresceu politicamente vendendo a sua imagem de homem defensor de professores, dizendo como professor e na verdade quando ocupa o cargo de Executivo no Estado do Paraná fecha as portas para uma classe tão importante na educação do povo brasileiro, na formação do povo brasileiro.

Nós entendemos que os professores, como pessoas que trabalham honestamente, são obrigados a cumprir a sua tarefa porque senão ao final do ano o resultado é terrível nas reprovações, na falta de informação dos seus alunos e, no entanto, ficam às vezes relegados ou igualados até as outras profissões não menos significantes, porque todas elas são significantes. Mas sem dúvida nenhuma, a Educação é a mais importante das profissões na formação de um povo, no desenvolvimento de um país, e é necessário também que seja reconhecida através dos meios econômicos, através dos governantes para que possam sobreviver, transmitir a educação, mas com serenidade, com tranquilidade, e não sufocado pela miséria que ronda as suas portas. É necessário que o professor possa pelo menos vestir-se adequadamente para ir a uma sala de aula, ou às vezes se locomover também. No entanto, o professorado brasileiro, o paranaense, vem perdendo poder aquisitivo. E esses que acusam que os professores ganham bem, e que os alunos vão ficar sem aulas e eles serão responsabilizados, quando tem o

poder de brigar em defesa das classes trabalhadoras junto às grandes empresas que sufocam o povo brasileiro, aliam-se a elas e nada fazem em defesa das classes trabalhadoras.

Portanto, eu acho que o Governo do Estado vem usando os veículos de comunicação, dando números de que 20 ou 30% apenas das salas de aulas estão fechadas, quando na verdade nós sabemos que 85% estão fechadas. O povo, então, está sendo mal informado. Não é justo que se faça isto. Eu acredito que nós temos que trazer aqui, Senhores Deputados, a nossa palavra de apoio aos professores, aos militares que estão reivindicando os seus salários e que vêm sendo empurrados dias, meses e, se continuar assim, anos, e não vê acontecer nada de novo. Como também na questão da inovação do Paraná, o congelamento da URP ou o pagamento da URP de acordo com a arrecadação do Estado, só acontece no nosso Estado. O próprio Governo Federal, talvez reconhecendo a medida errônea e vendo a pressão de todas as classes trabalhadoras, volta atrás, claro que sem manifestar que sem manifestar que está voltando atrás, mas na verdade ninguém é trouxa. Todos nós sabemos que agora... pouco tempo depois o Governo diz que está inviabilizando, já pode pagar a URP.

Na verdade, não está suportando as pressões e, então, é só dessa maneira que o Governo brasileiro atende a população. Portanto, que estão certos os professores, nós estamos com os professores, defendemos uma causa justa, como defendemos as outras classes trabalhadoras que estão sendo pisadas pelos governantes, cerceando o direito de viver bem, de viver com tranquilidade, de prestar seus serviços com segurança, ganhando salário de miséria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto o PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Quem não luta por seus direitos é porque não tem direitos. A greve é o legítimo instrumento com que contam os trabalhadores para reivindicar melhorias salariais".

Sejam estas duas frases do ilustre Deputado Álvaro Dias em 1981, a epígrafe da minha intervenção neste Horário da Liderança nesta Assembléia do Paraná para dizer pelo menos à consciência e a História do Estado, que a Secretaria de Comunicação Social está mentindo dentro dos lares de todo o Paraná através do vídeo através do

vídeo eletronicamente produzido e através do vídeo falsamente deformado, quando diz que a greve não atingiu mais do que 20 ou 30% dos professores do Estado. A paralisação é um sucesso, os professores do Estado reclamam porque aqui já tiveram - salários de 5 salários mínimos de referência em 1969. Com o governo Richa depois de intervenções prodigiosas como a desse Deputado, que dizia: "A greve - é o legítimo instrumento com que contam os trabalhadores para reivindicar melhorias salariais" - quem não luta por seu direitos, é porque não tem direitos". Eu dizia. Depois que este Deputado discursou, depois que houve manifestações defronte ao Palácio em 1981, depois de várias reivindicações, inclusive da vitória do PMDB nas eleições, os professores reconquistaram 3 salários mínimos de referência, hoje, os professores têm 1,7 a 1,9 salários de referência. A perda salarial é detestável.

Sabemos muito bem que ela é de 45% em relação à URP e de 72% em relação ao índice de preços ao consumidor nos 7 primeiros meses do ano. Sabemos que a inflação foi de 24% em julho, como sabemos que a reposição salarial determinada pelo Governador foi a de apenas 16% como também sabemos, que esta Assembléia delegou ao governador o poder de definir a política salarial do Estado, através da sua maioria do PMDB. Como também sabemos que há a maior safra de grãos de toda a história desta república que as mãos generosas do povo, semeando os campos, não negaram comida, não negaram dinheiro para os cofres do Estado, embora o Estado negue comida para as panelas dos trabalhadores - tanto pelo modelo exportador como para modelo que privilegia os grandes interesses, que dá anistia fiscal aos poderosos e que também se serve da mídia eletrônica para espalhar a desinformação.

Nós temos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior, que torna obrigatória a utilização de atores habilitados e residentes no Paraná na mídia eletrônica do Estado e na mídia impressa do Estado, seja exequível. Porque o governador não nasceu aqui, ele é o "grande ator" e ele nasceu em Quatá- São Paulo. Esse projeto, se aprovado nos proíbe franquear ao "grande ator", o acesso aos vídeos eletrônicos. Não poderemos mais ver entre o Primo Basílio e a sua doce Luíza, o Governador falando a 180 mil cruzados cada 30 segundos. Que ele tenha melhor ação social de toda história do Paraná: o governador sorrindo, o Governador acariciando criancinhas, o Governador cumprimentando eleitores, o Governador flinando entre as nuvens e a terra, nas searas, nos palanques. Por que precisamos da Regina Duarte ou do Paulo

Gracindo, duas campanhas que já estão contratadas pela Comunicação Social do Palácio - se nós temos o melhor dos atores? Este que tem a difícil missão de com o afastamento do "Teatro do Absurdo", dizer à gente do Paraná que a vida vai bem, dizer às pessoas de panela vazia que, de repente, eles não têm parte nisso. Dizer às pessoas de bolso asfiriado que vai tudo bem, vai tudo bem, que votem na gente, a gente melhora no ano que vem.

Ora, haja "Teatro do Absurdo", para justificar tudo isso!

O Deputado Lindolfo Júnior ao tornar obrigatória a utilização de atores do Paraná na mídia oficial, quer valorizar os atores do Paraná. No entanto eu temo que ele inviabilize a carreira deste grande ator, o melhor de todos os atores, a revelação do ano, o "Prêmio Molière", deste ano com certeza será dado a este "Campeão dos Vídeos", entre a doce Luíza e o Primo Basílio. Entre a criada intrigante e as tristes histórias do tempo do Eça de Queiroz. Entre os papéis armarfanhados do seriado da televisão, estamos nós, nós os personagens que não aparecemos, o triste coro grego da tragédia cotidiana que não pode dizer, que tem que cantar a boca que usa atrás do palco, escondido, quem sabe usando de vez em quando algumas manifestações como a da indignação deste Deputado nesta Tribuna, nesta hora.

Temo mesmo que os atores do Paraná jamais tenham espaço enquanto o povo do Paraná estiver sendo manipulado na sua informação, impedido de saber realmente a verdade. Nós não somos contra a propaganda oficial. No entanto, achamos que a propaganda oficial, que a comunicação social tem que ser conduzida no sentido da informação da população ...

O SR. JOSÉ FELINTO - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Vozes paralelas ...)

O SR. RAFAEL GRECA - ... os meios de comunicação têm que ser inspirados pelo Governo do Estado para dizer, efetivamente, aquilo que está acontecendo e não para tentar calar a sociedade, e não para tentar mascarar a sociedade, e não para tentar mascarar a realidade.

A Democracia é o Governo do Povo, pelo Povo e com o Povo. A Democracia não deve temer o debate saudável. Assim avançamos, caso contrário só regredimos, regredimos para um clima pior do que o da tragédia grega. Só que eu temo que não haja nenhum Sófocles de plantão para produzir um novo Édipo ou uma nova Antígona, não haja nenhum Molière de plantão para fazer uma nova tragédia como os clássicos franceses.

Não haja nenhum Racini de plantão. Eu temo que a nossa tragédia seja embalada pelas ondas novas da paz. Não é esse o nome da Rádio do nobre Deputado Mateus Iansen que vai estrear agora, que ganhou de presente para dar cinco anos para o Presidente Sarney? Eu temo que ao invés de Molière, de Racini, Sófocles, nós tenhamos neste medíocre Paraná o bom ator mal dirigido com maus textos, com más idéias.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado que o seu tempo se encontra encerrado. Trinta segundos.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu temo que nós tenhamos ao invés do coro, do coro das tragédias gregas que é afirmativo e que repisa as coisas, nós tenhamos as "Ondas Novas da Paz" abafando a verdadeira expressão do povo. Pelo direito de informação dos paranaenses, esse é o meu protesto.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PMDB. Com a palavra o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna, no horário da Liderança do PMDB, como membro do Partido nesta Casa, acima de tudo para cumprimentar os companheiros e para cumprimentar também os Deputados que se fazem presentes hoje nesse dia de trabalho na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Quero cumprimentar o Deputado e amigo Lauro Lobo Alcantara que foi homologado na convenção do PMDB de Pato Branco como candidato a Prefeito daquele Município - Polo da região do Sudoeste do Paraná.

Deputado Lauro, amigo e companheiro desde os bancos escolares da Universidade Federal do Paraná toma neste momento uma atitude muito importante se licenciando da Assembleia Legislativa para, eticamente, participar da campanha a Prefeito no Município de Pato Branco.

E eu sei, Deputado Lauro, que a sua presença na campanha municipal será importante para o Município de Pato Branco, assim como também na defesa dos interesses de toda a Região do Sudoeste do Paraná. E cumprimentar, como já disse antes, a todos os Deputados que compareceram à Sessão desta Casa hoje, por assinarem em baixo e assumirem compromisso com projeto de lei original do Deputado Domingos Scarpellini e do Deputado Quisêse Crisóstomo da Silva cuja súmula dispõe sobre área de terras na comarca de Prudentópolis a serem destinados para fins de reforma agrária. E quero

dizer que todos os Deputados que estiveram presentes nesta Casa, indiscutivelmente, Anibal Khury, Eduardo Baggio, Pedro Tonelli, Cândido Bastos, José Felinto, João Arruda, Raul Lopes, Antônio Annibelli, Nereu Carlos Massignan, Vera Agibert, Rafael Greca, Algaci Túlio, Lindolfo Júnior, Erondy Silvério, e me perdoem alguns Deputados que aqui também estiveram e assinaram, em apoio a este projeto de lei do Deputado Domingos Scarpellini, que antes de uma questão ideológica, se reveste acima de tudo de uma questão de justiça social, porque nós sabemos que no Município de Prudentópolis, onde temos a presença em torno de 1500 famílias ali acampadas, de famílias de agricultores "sem-terra", estão ali exatamente numa mobilização e num movimento social pela luta pela reforma agrária no nosso Estado e no nosso País. E entendo que a liderança do PMDB tem compromisso de se manifestar porque o PMDB luta desde os seus tempos mais históricos pela implementação da reforma agrária no nosso Estado. E que, portanto, é competência desta própria Casa, com o apoio dos demais Partidos, nesta questão de Prudentópolis, que como já disse, reveste-se acima de tudo de uma questão de justiça social o apoio a este Projeto de Lei.

E nós estaremos amanhã, se aprovado por esta Casa, numa Comissão da Assembleia Legislativa, puxado pela Comissão de Terras, em visita a esta área de Prudentópolis, em defesa do interesse do Paraná, em defesa do interesse dos trabalhadores sem-terra do nosso Estado, para que possamos ter desapropriações e colocações de terras, a propósito do assentamento destes agricultores no Estado do Paraná.

E tenho certeza de que o Governador Álvaro Dias, que se encontra hoje em Brasília estará, também, reivindicando perante o Governo Federal, que é quem na verdade tem o compromisso maior com a reforma agrária, estará reivindicando a desapropriação de áreas, para que realmente os agricultores sem-terra do nosso Estado possam ser assentados.

Era isso, concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, prezado companheiro Deputado Haroldo. Eu posso fazer a observação sentado, mas farei de pé, dado o sentido desta minha observação.

Hoje, companheiros, a nossa querida Polícia Militar está comemorando 134 anos de existência. Recentemente me pronunciei desta tribuna quanto à pessoa do Comandante, Coronel Wantuil. Não contra a minha querida Polícia Militar, um berço, uma história que nasceu junto com o Paraná, de fatos, de momentos, de trabalhos dedicados a este querido Paraná e a este querido

Brasil, nos momentos maravilhosos que ela tem dignificado através da sua honrosa e dignificante missão. Razão pela qual, companheiros, me tornando breve, porque já estou providenciando uma mensagem para que seja lida amanhã na Polícia Militar e tornada pública através do Boletim, para que todos os companheiros integrantes da mesma tomem conhecimento da mensagem de saudação que eu faço a esta querida corporação, que nasceu no Paraná e que com o Paraná vem servindo, nos momentos dignificantes, históricos, deste querido País.

Eu, um dia, numa exaltação dizia: Querida Polícia Militar do Paraná, se não fosse você e as suas co-irmãs, este Brasil já não mais existia, tamanha a sua força, tamanha é a sua missão, a nobreza e a dignificante missão que você desenvolve.

E eu encerro, saudando a primeira estrofe do nosso querido Hino "Salve, salve, querida Polícia; salve, salve, colosso de glória".

Muito obrigado, companheiros.

O Sr. José Felinto - Permite-me um aparte? (Assentimento do orador).

Meu caro Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, quero parabenizar Vossa Excelência quando faz uma saudação ao Deputado Lauro Lobo Alcantara. Deputado este que muito enriqueceu esta Casa. Deputado este que muito enalteceu e que abrilhantou os quadros de Deputados que por aqui já passaram ao longo da história. Vejo aqui, Augusto Carneiro e muitos outros Deputados.

O Deputado Lauro Lobo Alcantara, na verdade, faz uma falta muito grande nestes 120 dias. Quem sabe se muito antes que isso, ele possa voltar a assumir a cadeira que tanto tem feito pelo Paraná, pelo nosso Estado como um Parlamentar brilhante e como homem, "Homem".

Eu quero parabenizar Vossa Excelência por essa iniciativa tão brilhante de enaltecer o companheiro. E aproveitar este aparte e lamentar que o Deputado Rafael Greca não ter me permitido naquela parte onde ele citava com relação a atores. Ator melhor do que Rafael Greca está difícil...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo que o seu tempo está esgotado. Concedo-lhe 30 segundos para que seu aparte conclua.

O Sr. José Felinto - Lamento profundamente porque ator maior do que é meu prezado companheiro de Assembléia, Deputado Rafael Greca.

E dizer que, aqui também, os meus filhos que aqui estão, minha filha Flávia, vejo com muito carinho. Está estudando na escola Julio Mesquita estadual e lá está tendo aula integral. Portanto, eu quero

discordar do Deputado Rafael Greca, e solidarizar com os artistas que aqui estão, que ele sabe que faço parte da sua luta, que o fiz juntamente com companheiros na luta do Teatro da Classe, participamos juntos, me somando a eles. Mas não posso esquecer que o Deputado Rafael Greca não questionou isso quando Jaime Lerner trazia para sua campanha artista nacional. Eu não vi se meu companheiro Deputado Rafael Greca questionou isso.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, encarecendo a concessão de licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 120 dias.

- Inclua-se para discussão e votação, na sessão do dia 11 de agosto corrente.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Domingos Scarpellini e Quielise Crisóstomo, constante do expediente, devidamente apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 379/87, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública o "CAPÍTULO ÁGUA VERDE - AMORC", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 372/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Nelson Comel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados. O projeto de autoria do Deputado Nes-

tor Baptista vem, na verdade, em boa hora. Trata-se do companheiro Nelson Comel, uma figura bastante conhecida na Cidade, um extraordinário pai de família, um homem muito religioso, uma pessoa por demais dedicada na área da imprensa em especial, o esporte amador.

Nelson Comel, tem prestado extraordinário serviço ao esporte amador do Paraná, ajudando a revelar grandes atletas a nível nacional e por isso o título que é concedido pelo companheiro Nestor Baptista pela convivência que temos, tanto eu como o Deputado Nestor Baptista. Como esportistas que somos, apoiamos esta homenagem ao companheiro Nelson Comel, quando fazemos a 3.ª Votação deste projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a votação. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 377/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO DELEOS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 15/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que institui o "Dia do Teólogo" a ser comemorado a cada ano, no dia 30 do mês de novembro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Pelas razões, ontem expostas, quero declarar o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência fará a anotação do seu voto contrário.

Aprovado o Projeto de Lei nº 15/88.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 72/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que proíbe a realização de provas do tipo "rally" ou competições automobilísticas (lacto sensu) nas estradas estaduais. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Em REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a emenda. Aprovada.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 73/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS VEREADORES DO NORTE PIONEIRO", com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

44/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 39/87), objetivando a extinção de 8.303 (oito mil trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.R.H., por unanimidade, e da C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA,
AO PROJETO DE LEI Nº 44/87

Suprima-se do anexo I - Grupo P/ Profissional - do Projeto de Lei em epígrafe, o item P-03 referente ao Cargo de Bibliotecário padrão H.

Sala das Sessões, em 10.08.88.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: João Arruda, Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A iminente ampliação da biblioteca Pública do Estado, e a necessidade do precioso acervo documental daquela instituição ter guarda efetiva, desautorizam que, mesmo alegando razões de economia, sejam suprimidos 21 cargos de Bibliotecário do Quadro Permanente do Estado.

Há que se dotar o acervo estadual de dignos protetores, efetivados nas suas funções e estimular profissões como a de Bibliotecário, para impedir que cresça ainda mais a desinformação, grande mal do Brasil.

O Poder Estadual deve zelar para que melhorem as condições de acesso do povo à informação.

Em discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Gostaria de saber o conteúdo da emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao 1º Secretário que leia o conteúdo da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury): (Lê)
Suprima-se o anexo 1, grupo B do projeto, o item referente a Bibliotecário padrão RH.

Assinado: Rafael Greca.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, vai colocar primeiro o projeto, ressalvada a emenda?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em vo-

tação o projeto, ressalvada a emenda.
Aprovado o Projeto, ressalvada a emenda.
Em votação a emenda.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para Encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobretudo da Bancada do Governo, gostaria de pedir o apoio de Vossas Excelências para esta emenda, na razão já explicada, na tarde de ontem.

A Biblioteca Pública do Estado do Paraná tem um precioso acervo, muitas vezes dilapidado, surrupiado, dilacerado. Ela tem um quadro de bibliotecárias e bibliotecários muito diminuto, inclusive se servindo de estagiários que não têm habilitação para o trato com os livros e com a informação. Sendo assim, se suprimirmos do quadro geral do Estado, estes 21 cargos de bibliotecário, estaremos proibindo a Biblioteca de se expandir, e estaremos inviabilizando, do ponto de vista de recursos humanos a expansão dos serviços de informação e de processamento de informação, dentro do Estado do Paraná.

A minha emenda tem o objetivo claro de preservar para o futuro, a possibilidade do Governo do Estado dispor da possibilidade da contratação de bibliotecárias e bibliotecários. Não quer dizer que vai obrigar o Sr. Governador a contratar 21 bibliotecários, mas sim que fica preservada a possibilidade. É muito importante para a cultura do Paraná, para a História do Paraná. Tenho a impressão que passou despercebido do Sr. Secretário de Recursos Humanos do Governo do Estado, mas, a nossa Assembleia deve sempre tentar aperfeiçoar as mensagens do Executivo, e eu não vejo em nada, prejuízo para a grande economia administrativa que quer o Sr. Governador realizar, com a extinção desses oito mil cargos. Por isso, apelo para Vossas Excelências, no sentido de que permitam que esta emenda passe, suprimindo da extinção de cargos os 21 cargos de bibliotecários, de técnicos de informação e bibliografia, conforme expressamos no teor desta emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação a emenda.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Nobre Deputado Rafael Greca, a liderança do PMDB, ouvindo seus apelos, entende que muita justa é a sua colocação. No entanto, esta Liderança tem recebido de vários se-

tores de profissionais, incluídos inicialmente neste projeto a mesma reivindicação. E nós temos setores prioritários, tais como setores do próprio D.E.R. que sofre, hoje, a falta muito grande de técnicos, de profissionais e de funcionários, motivo pelo qual, nós da Liderança do PMDB, da bancada do PMDB, entendendo a sua justa reivindicação não podemos, neste momento, abrir um precedente, infelizmente porque, na verdade teríamos que atender as várias categorias profissionais que se inserem neste projeto, que evitaria que esta votação se desse de uma forma coerente e consequente.

Mas, quero alertar ao nobre Deputado, que a Bancada do PMDB estará atenta juntamente com a Secretaria da Cultura, para que no momento certo e exato estejamos juntos com Vossa Excelência na defesa de mais vagas de Biblioteconomia, para a nossa cultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação a emenda. Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 131/88, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Synei Lima Santos. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 134/88, de autoria do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA IZABEL D'OESTE" com sede e foro no Município de Santa Isabel D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 146/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que estabelece o ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.E., por unanimidade, e PARECER FAVORÁVEL da C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. 80/87, de 10.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 146/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade estabelecer o Ensino Obrigatório de Táticas de Prevenção Contra a AIDS em toda a Rede Estadual de Ensino no Paraná, conforme especifica.

Desde 1982, com o Programa de Reorganização do Ensino de 2º grau, houve reformulação e dinamização dos conteúdos das disciplinas deste grau de ensino, no sentido de adequá-la à realidade dos alunos e conjuntamente buscando a unidade no currículo como um todo.

Assim sendo, os conteúdos das disciplinas de Programas de Saúde estão inseridos na matéria de Biologia, na qual, no capítulo de Embriologia, trabalha com os temas de reprodução e desenvolvimento humano, métodos anticoncepcionais e doenças venéreas, tendo os docentes liberdade de incluir outros assuntos de interesses atual, como é o caso em questão, a AIDS.

Portanto, a existência deste assunto em disciplina já integrante do currículo, aliada à carga horária estipulada às diversas habilitações através da Legislação Federal, inviabilizam a inclusão de mais uma disciplina específica, como é o caso em pauta.

Embora a matéria objeto do projeto de lei em tela seja de relevante valor social e educacional, somos compelidos a opinar pelo PARECER CONTRÁRIO à aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 146/87

PARECER:

O Projeto de Lei n. 146/87, de autoria do nobre Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, deseja consagrar o estabelecimento do ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, através da disciplina Ciências, de quinta a oitava séries do primeiro grau e da Biologia, no segundo grau.

Da forma como foi proposta a matéria à elevada análise e deliberação desta Assembleia Legislativa do Paraná, sua aprovação conduziria a uma lei que se confrontaria com os mandamentos vigentes na Legislação Federal, ao mesmo tempo desrespeitando o Programa de Reorganização do Ensino de 2º grau que, a partir de 1982, reformulou e dinamizou os conteúdos das diversas disciplinas desse grau de ensino.

Remitimos o teor do Ofício n. 978/87, do Senhor Secretário de Estado da Educação que, a 29 de maio de 1987, respondendo a consulta formulada por esta Assembleia Legislativa, fez fluente exposição desse assunto à luz da legislação estadual, plenamente de acordo com a federal, esta, esta-

belecendo as diretrizes e bases da educação (Lei n. 5692, de 1972), já prevenindo carga horária para as diversas habilitações, o que inviabiliza o projeto de lei de que ora tratamos.

Não poderia a Assembleia Legislativa do Paraná, no âmbito de sua competência, ferir mandamentos legais e desrespeitar atribuições de órgãos legalmente delegados para a política do ensino - não só na esfera estadual como na federal.

Destarte, considerando o Programa de reorganização do Ensino de 2º Grau no Paraná, vigente desde 1982 - que consagra a liberdade aos docentes para incluírem conteúdos de interesse atual (como o da AIDS) nas disciplinas que especifica - não encontramos justificativa para a obrigatoriedade da criação de disciplina específica como a que pretende consagrar o projeto de lei em estudo.

Já que nada impede aos docentes incluir nas disciplinas previstas do Programa de Reorganização do Ensino do 2º grau conteúdo de interesse atual, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei n. 146/87 conforme enunciado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.88.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN
Presidente
JOÃO ARRUDA
Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 146/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, o presente projeto de lei visa, o estabelecimento do ensino obrigatório de tática de Prevenção Contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná.

A AIDS se constitui na mais nova e mais grave doença que assola a humanidade, em tempos modernos. Sua contenção e erradicação somente será possível se medidas severas e urgentíssimas forem tomadas em tempo por toda a coletividade. As providências tomadas pelo Poder Público, embora importantes, estão longe de fazer a devida frente no enfrentar deste problema.

O estabelecimento do ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, trata-se de mais uma providência que em muito contribuirá para que, no Paraná, esta doença não atingirá índices, alarmantes, de contaminação da população deste Estado.

Assim sendo, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

Presidente
ORLANDO PESSUTI
Relator

Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicita ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, quero retirar a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere o seu pedido de retirada de chamada nominal e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, entendemos que a sessão de hoje começou sem "quorum", votou-se quase toda a pauta sem "quorum", faltando apenas um projeto de lei e inclusive aqui estão os artistas do Paraná que vieram prestigiar o projeto de Deputado Lindolfo Júnior, e queriam ver, talvez, aprovado ou não, ou pelo menos discutido nesta tarde, e, faltando apenas um projeto para se discutir, pede-se a verificação de "quorum". Tem todo o direito o Deputado Erondy Silvério, não o discuto, mas entendo que a própria Presidência poderia num discernimento seu, constatar que se votou todos os demais projetos sem "quorum", e foi até o final da sessão para terminarmos esta pauta de

hoje. É um apelo que faço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, dentro do Regimento Interno, não pode se furtar ao pedido do nobre Deputado. Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Algaci Túlio, que não me moveu nem um outro interesse em solicitar a verificação de votação desse projeto. Portanto, não estou de acordo com o mesmo, e acho que o projeto que estabelece o ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a "AIDS" em toda a área estadual de ensino, é uma excrecência. Pretendo modificar para melhor o presente projeto; admito que o ensino de 2º grau é perfeitamente válido e cabe a nobre intenção do Deputado Artagnão Mattos Leão. Mas, ensinar táticas de prevenção contra a "AIDS" às crianças de 1º grau é um absurdo que esta Casa se preste em aprovar um projeto dessa natureza. Por isso, mantenho o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Essa Presidência também, e o Senhor pode fazer uma emenda de 2. Discussão. Essa Presidência vai proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 146/87. Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Retiro.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Está em votação o item? O senhor está pedindo para quem aprova?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Senhores Deputados que aprovam, porque há pareceres contrários da C.C.J. e pareceres favoráveis da Comissão de Segurança Pública. Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela ordem) Esse projeto passou pela Comissão de Saúde da Casa, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Tem parecer favorável.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela ordem) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Desejamos Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 2 Deputados rejeitam. Não há número para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. Com PARERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e da C.C.E., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n.º 114/87, de 13.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 270/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, visa tornar obrigatória a utilização de atores habilitados e residentes no Paraná, nas campanhas publicitárias do Governo do Estado.

O projeto vem devidamente justificado e as razões propostas nos convencem de sua oportunidade.

Quanto seus aspectos legal, jurídico e constitucional, sobre os quais cabe análise desta Comissão, não encontramos impedimento a sua normal tramitação, com ressalva dos itens que abordamos na emenda substitutiva em anexo, visando correções formais e ampliação de seus objetivos.

Nestas condições, somos de parecer favorável, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N. 270/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, pretende tornar obrigatória a utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo do Estado, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa.

Apreciada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria mereceu da mesma parecer favorável, "com ressalva dos itens que abordamos na emenda substi-

tutiva em anexo, visando correções formais e ampliação de seus objetivos".

A medida proposta é das mais oportunas, pois visa valorizar o talento da gente paranaense. Afinal, a Fundação Teatro Guaíra mantém o "Ballet Guaíra", reconhecido e respeitado em todo o País. A mesma FTG, em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mantém um curso de teatro dos mais requisitados. Além do mais, é preciso não perder de vista o talento inato dos paranaenses, o que permitiu a revelação de artistas, hoje reconhecidos nacionalmente.

Merece, portanto, ser o personagem das muitas campanhas publicitárias que são feitas pelo Poder Público, que buscam, inclusive, realçar o paranismo.

Neste sentido, justifica-se o projeto de lei em questão.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma da emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 06.06.88.

(aa) NELSON VASCONCELLOS
Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI N. 270/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa.

Analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou impedimentos de ordem legal, jurídica e constitucional à sua normal tramitação, com ressalva dos itens abordados na emenda substitutiva, manifestando-se favoravelmente, ao projeto em questão.

Mereceu também, parecer favorável da Comissão de Recursos Humanos.

Esta Comissão de Cultura e Esportes chamada a opinar, conclui visar o projeto a ampliar o mercado de trabalho dos profissionais paranaenses da área artístico-cultural.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.06.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
RAUL LOPES
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI N. 270/87

Art. 1º - Torna-se obrigatória a contratação de atores paranaenses, devidamente habilitados e com registro fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho na Carteira Profissional, residentes no Paraná, para as campanhas publicitárias do Governo, tanto nas mídias eletrônicas como impressas.

Parágrafo Único - Somente será permitida a contratação de atores de outros Estados se os mesmos forem criadores de um determinado personagem a ser utilizado na mídia.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná, através da administração direta ou indireta, somente poderá contratar serviços de agências de propaganda com sede no Paraná, não estejam direta ou indiretamente ligadas a anunciantes ou a veículos de comunicação e que apresentem o registro de filiação ao sindicato da categoria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Para discutir, o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Ainda quando Vereador do Município de Maringá, acompanhávamos através dos órgãos de imprensa, na mídia eletrônica, nas emissoras de televisão, de rádio, como na mídia impressa, a falta de oportunidade e a carência até, de atores habilitados residentes no nosso Estado, para que os mesmos pudessem participar dessas campanhas publicitárias.

Em Maringá, sugerimos ao Prefeito Municipal que valorizasse nas campanhas do seu governo, os atores da nossa região, e principalmente do nosso Município.

Vimos para esta Casa de Leis, com mais 53 Deputados que representam todas as regiões do nosso Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO- Concede-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Lindolfo Júnior, lamento profundamente que um Projeto de tamanha envergadura e que vem em boa hora, para esta Casa, não esteja tendo a acolhida da sua Bancada, e aliás, felicito-lhe, porque Vossa Excelência que durante os 2 anos iniciais, ocupou a tribuna deste lado, hoje a inaugura do outro lado, como inte-

grante da Bancada do PMDB. Lamento profundamente que a sua Bancada não tenha prestigiado, e respeitado estes artistas que aqui se encontram, porque é bom que eles saibam, que por determinação do Presidente, pela falta de Parlamentares no Plenário, o seu apelo, o seu discurso ficará apenas para constar nos Anais da Casa, e para que os artistas saibam da sua luta pela aprovação.

Mas hoje, lamentavelmente pelo boicote que sentimos da sua Bancada, entendo eu, que haveria talvez, a necessidade, a intenção da retirada deste Projeto da votação, e só não foi feito desta maneira, porque se encontra em Regime de Urgência; portanto, não poderia ser retirado.

Então, a técnica usada foi o esvaziamento do Plenário. Isto é um desrespeito à classe do artista paranaense, que veio a esta Casa, para ver o seu Projeto discutido e aprovado. Lamentamos profundamente; a Bancada do PDT está solidária à sua tomada de posição ao trazer este Projeto para a Casa; mas, lamento profundamente, que a sua Bancada, os seus companheiros, não seja talvez, por divergirem da sua presença agora como integrante da Bancada do PMDB e, é por isso, por ser hoje, a primeira vez que Vossa Excelência ocupa o lado do PMDB?

Em represália e por não aceitarem Vossa Excelência. Acredito que não tenha sido esta a intenção da Bancada do PMDB, mas é lamentável que, de qualquer maneira, houve a falta de consideração para com Vossa Excelência e para com os artistas do Paraná.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA- (Pela ordem). Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA- Por uma questão de esclarecimento, devo informar aos artistas do Paraná, em respeito a suas presenças nesta Casa, que a Sessão foi esvaziada no Projeto anterior, e não nesse Projeto que trata, especificamente, desse assunto, ao qual se refere o nobre Deputado Lindolfo Júnior. Portanto, a Bancada do PMDB de uma certa forma, retirou-se do Plenário porque hoje as votações, por falta de "quorum" não terão sequência e caiu a Sessão no Projeto anterior e não especificamente neste Projeto.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte do nobre Deputado...

O Sr. Algaci Túlio- (Pela Ordem)- Permita-me então, Senhor Presidente, mesmo com a justificativa do Líder do PMDB, ele não explicou porque é que, realmente, a Bancada deixou o Plenário, pois evidente que faltou "quorum", então, o mais viável, o mais correto, Senhor Presidente, seria que Vossa Excelência em homenagem a estes próprios artistas que ficarão aqui para ouvir o discurso do Deputado Lindolfo Júnior, sugira que retornem amanhã, quando o Projeto voltar em 1.^a Discussão, para que, aqui, venham fazer "lobby", inclusive, o seu apelo para que este Projeto seja votado. Conseqüentemente, Vossa Excelência só resta então encerrar a Sessão porque se encontra no Plenário apenas eu, os Deputados Rafael Greca, Antonio Costenaro Neto, José Felinto, Lindolfo Júnior e os integrantes da Mesa desta Presidência.

Continuo afirmando que ainda há falta de respeito com relação à Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência informa ao nobre Deputado que este Projeto só poderá voltar à ORDEM DO DIA na segunda-feira em virtude do interstício regimental. Amanhã, a Sessão será feita pela manhã, caso contrário seria votado este Projeto e está, hoje, apenas em discussão por falta evidentemente, de "quorum", nesta Sessão.

Continua com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, Senhor Presidente, e sabemos também dos compromissos de muitos Deputados, evidentemente, nos seus gabinetes, um chamamento de imediato e todos eles, parece, que tiveram que se retirar do recinto...

O Sr. Algaci Túlio- Permita-me mais um aparte, Deputado? (Assentimento).

Não querendo ser petulante mas o meu gabinete também está com filas nos corredores e nem por isso eu estou deixando de prestar o meu compromisso, a minha obrigação, que é estar aqui no Plenário.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Algaci Túlio, gostaria ao iniciar a nossa locução, parabenizar e desejar-lhe sucesso na sua caminhada rumo à Prefeitura de Curitiba e que aqui na Capital, seja uma campanha desenvolvida em alto nível, como certamente será a campanha da nossa região, no nosso Município.

Agradeço sensibilizado a presença da mãezinha da CONCAN, que continua ainda nesta Casa, e aos Deputados José Felinto, Antônio Costenaro Neto, Rafael Greca e à Mesa ora composta.

Se nós somos os representantes do povo

e dos diversos segmentos da nossa sociedade, somos também os representantes dos artistas e desde a nossa caminhada, protocolizamos nesta Casa, o Projeto de Lei n° 270/87, onde na oportunidade, com este espírito paranista que temos ao valorizar aquilo que é nosso, aquilo que é da terra como faz a iniciativa privada, como faz o Banco Bamerindus destacando personalidades do Estado do Paraná, os "bichos do Paraná", lembrados na mídia eletrônica do nosso Estado.

Apresentamos um projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. E vejam Senhores, foi dada entrada ao nosso projeto nesta Casa, com absoluto apoio do Governador Álvaro Dias, porque esses mesmos atores que hoje acompanham esta Sessão Ordinária, estiveram no Palácio Iguazu conversando com o Governador Álvaro Dias, prestando uma homenagem ao nosso jovem Governador e pedindo o apoio do mesmo ao nosso Projeto. O Governador naquele momento fez uma explanação e assumiu um compromisso com o Sindicato dos Artistas do Estado do Paraná, de que o Governo do Estado valorizaria aquilo que é nosso, aquilo que é da nossa terra e não há porque negar, pois a própria imprensa publicou quando nós no gabinete do Governador Álvaro Dias trazíamos do "Le Club", em Porto Alegre, o prêmio ao nosso Estado da campanha de final de ano feita por uma atriz que é da nossa terra.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento)- Deputado Lindolfo Júnior, eu acho feliz e oportuno esse seu projeto.

Entendo que a oportunidade faz o cidadão e com esse seu projeto criando ao artista paranaense, naturalmente nós vamos proporcionar o desenvolvimento dos artistas do Paraná que já são tantos, mas talvez não tão conhecidos pela população do Paraná e população brasileira, porque sem ela ninguém consegue ver o sol brilhar.

Esse seu projeto de valorização dos artistas do Paraná, somam o nosso pensamento como homem de comunicação, de rádio difusão, conhecido por Vossa Excelência, no Vale do Ivaí, ao fazer com que naquela região, os artistas regionais, embora amadores, ainda não profissionais, sejam sempre aproveitados em todas as oportunidades possíveis para shows de toda ordem, porque entendemos que só desta maneira, vamos desenvolver a comunidade artística paranaense, oferecendo todas as chances. E este projeto de Vossa Excelência vem através dos veículos de comunicação do Governo, que dominam todo este setor paranaense,

para criar grande oportunidade, entendo eu, para os nossos artistas. Portanto, está de parabéns Vossa Excelência, e nós apoiamos totalmente este Projeto, desejando sucesso aos artistas do Paraná, a exemplo desta brilhante campanha feita pelo Bamerindus, sempre demonstrando a todos nós, em todos os momentos, mais um "bicho do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Antônio Costenaro Neto, o aparte de Vossa Excelência enriquece qualquer pronunciamento. Mas Senhores Deputados, àqueles que se encontram pelos corredores, no Plenário, na Liderança do Partido, em seus gabinetes, nós que tanto temos lutado pela igualdade de oportunidade, pela justiça social, no momento em que temos a ocasião de demonstrar à sociedade, principalmente à classe de artistas do Paraná, a nossa gratidão pelo trabalho feito por esses homens, mulheres, crianças e neste instante viramos as nossas costas a essas pessoas que nada mais querem, a não ser uma oportunidade de participação.

Conversamos com o Secretário de Estado da Cultura, Renê Dotti, e o mesmo enviou um ofício a todos os Parlamentares, à Casa Civil e também à Secretaria de Comunicação Social, dizendo exatamente o seguinte:

"Prezado Senhor: Esta Secretaria de Estado da Cultura se manifesta favoravelmente à aprovação do art. 1º - e seu parágrafo único do Substitutivo Geral, apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Trata-se, na verdade, de antiga reivindicação da classe artística do Paraná que, por sinal, foi renovada a esta Pasta no dia 1º próximo passado, conforme se insere na inclusa documentação.

O atendimento ao pleiteado, já há alguns anos, muito irá contribuir para o bom nome do presente Governo junto à classe artística, com o atendimento dessa antiga aspiração que irá aumentar consideravelmente o restrito mercado de trabalho desses profissionais.

Quanto ao art. 2º, do mesmo Substitutivo, pelos seus próprios termos, julgamos que o assunto deva ser tratado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social. E nós temos aqui o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, assinado pelo Relator, Deputado Germote Kirinus, e também pelo Presidente Deputado Djalma de Almeida César, que diz o seguinte:

"Artigo 1º - torna-se obrigatória a contratação de atores paranaenses, devidamente habilitados e com registro fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho na Carteira Profissional, residentes no Para-

ná para as campanhas publicitárias do Governo, tanto na mídia eletrônica como na impressa".

Parágrafo Único - "Somente será permitida a contratação de atores de outros Estados se os mesmos forem criadores de um determinado personagem a ser utilizado na mídia". Isso quer dizer: que se o governo quiser contratar o Toni Carrado, é evidente que terá de contratar o Nuno Leal Maia.

Art. 2º - "O Governo do Estado do Paraná através da administração direta ou indireta, somente poderá contratar serviços de agências de propaganda com sede no Paraná e que não estejam direta ou indiretamente ligados a anunciantes ou a veículos de comunicação e que apresentem o registro de filiação ao Sindicato da Categoria".

Art. 3º - "Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Tivemos o parecer da Comissão de Recursos Humanos e assinam o Parecer, os Deputados Cândido Bastos, Basílio Zanusso e o Presidente da Comissão Deputado Nelson Vasconcellos que diz exatamente o seguinte:

"O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, pretende tornar obrigatória a utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo". Aprecia da pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria mereceu da mesma Parecer Favorável, com ressalva dos itens que abordamos na emenda substitutiva em anexo, dizendo - correções formais e ampliações de seus objetivos. "A medida proposta é das mais oportunas". Vou repetir: "A medida proposta é das mais oportunas, pois visa valorizar o talento da gente paranaense. Afinal a Fundação Teatro Guaíra mantém o Balé Guaíra reconhecido e respeitado em todo o País. A mesma Fundação Teatro Guaíra, em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mantém um curso de teatro dos mais requisitados. Além do mais, é preciso não perder de vista o talento inato dos paranaenses, o que permitiu a revelação de artistas, hoje, reconhecidos nacionalmente. Merece, portanto, ser o personagem das muitas campanhas publicitárias que são feitas pelo Poder Público, que buscam, inclusive, realçar o paranismo. Neste sentido, justifica-se o Projeto de Lei em questão, e assim sendo, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva apresentada pela C.C.J., Curitiba, 6 de junho de 1988.

E em seguida, a Comissão de Cultura e Esporte, com seu Parecer, sendo relator o Deputado Raul Lopes: "O Projeto de Lei em exame de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, dispõe sobre a obrigatoriedade da

Mas, voto no seu projeto quantas vezes forem necessárias. Temos artistas passando fome no Paraná. Este projeto para mim, Deputado Lindolfo Júnior, é de suma importância. e hoje mesmo, se minha Bancada votar contra, irei à televisão dizendo: o meu Partido votou contra os artistas do Paraná. Porque eu não quero menosprezar os artistas do Rio, de São Paulo, mas temos grandes valores no Paraná e temos gente passando fome, desempregada, que pode ser ocupada em vários comerciais. Não sei se ainda se usa "jingles" para gravar, estou afastado do rádio; agora parece-me que é o "top master".

Às vezes fico preocupado. Hoje foi preso um cidadão em Curitiba que vendia notas frias para as empresas e comerciantes, mas já está na rua. Se fosse nos Estados Unidos, já estava na cadeia, na penitenciária; a justiça americana derruba presidente, prende Deputado, prende Senador, tem pessoas lá que chegam até a se suicidar na frente das câmeras de televisão. Mas, lá, tudo é diferente.

Não quero aqui plagiar, não quero ser americano, não quero que este país seja como os Estados Unidos, mas não posso admitir que se grave um comercial trazendo artista do Rio de Janeiro, que já está muito bem de vida, enquanto nossos artistas estão passando fome. Acho que está na hora de abrir a cabeça de alguém nesse Estado, e fazer com que nossos artistas sejam aproveitados aqui, hoje, amanhã e sempre. Os senhores podem não entender isso, mas é a grande verdade.

Sr. Presidente, Vossa Excelência há de convir comigo que temos que mudar as coisas no Paraná. Está na hora de mudanças. Estava analisando e prestando atenção no projeto, e é uma grande realidade. A gente fica apenas denunciando na imprensa.

Está certo que recebi a visita de Irmã Letícia, com todo o respeito. Mandou-me uma carta, presenteou-me com um crucifixo. Tudo bem. Mas não posso admitir que ocupem essa mulher para gravar um comercial de uma loteria. Isso é inadmissível. Se todo cidadão, quando for seqüestrado, se apresentar como refém, vai virar artista?

Sou um radialista, se me permitem, pois comecei com 15 anos no rádio. Sou um jornalista que não tive universidade. Sou jornalista pobre, mas com muito orgulho, sim, porque a lei me facultou esse direito. A minha universidade foi a rua e os plantões numa delegacia de polícia.

Como também queria que se criasse um projeto para dar vida aos próprios radialistas, não aos picaretas de rádio. Aqueles que vivem do rádio, sabem fazer rádio, nasceram para o rádio. Entendeu?

Quando às vezes ligo uma estação de rádio tem um cara comprando um horário.

Não posso admitir. Quando ouço o Deputado Algaci Túlio falar no seu programa de rádio como repórter policial; da mesma forma, o Deputado Pirajá Ferreira no seu programa; é porque eles nasceram para isto. Então são radialistas.

Agora, não posso admitir picaretagem. Quero ver se este Governo Federal cria alguma lei para dignificar a nossa classe também.

Voto com o projeto, votarei amanhã, sempre, e quando for necessário, pois acho que temos que prestigiar a classe.

Não sei se estão me entendendo, é que nós vivemos o problema, Sr. Presidente Eduardo Baggio. Conheço radialistas em Londrina que estão passando fome, sabe, e às vezes até poderiam ganhar um cachê para fazer um comercial, e se destinam a São Paulo a fim de buscar um cidadão para gravar um comercial.

Estou sabendo, neste momento, que nas campanhas políticas, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Algaci Túlio, espero que ele não o faça, que irão buscar artistas de fora para gravar comercial.

Para que buscar gente de fora? Por que não aproveitar o que temos em nossa terra? Por que não contratarmos as duplas sertanejas, por exemplo, as que temos aqui, e não ir buscar as de fora? Por que não procuramos artistas daqui para coordenar as nossas campanhas políticas?

Eu, por exemplo, se fosse candidato a prefeito, iria buscar em algum artista ou ator, alguma solução no campo da cultura para a minha campanha política. Na minha campanha de Deputado, mesmo, eu posso ir buscar subsídios nas pessoas da minha terra, não fora da minha terra.

Então, eu acho que esse projeto é de fundamental importância. Acho que tem que ser aprovado. Temos que prestigiar a nossa terra, o nosso Estado, tanto é que estou dando um Título de Cidadão Honorário nesta Casa.

Vejam que nem marquei a data para ser entregue, à família Queirolo, pelos cem anos de cultura que eles ofereceram à vida circense. Estou dando um Título de Cidadão Honorário à família Queirolo, pelos 100 anos de vida que eles engalanaram os nossos filhos.

Minha filha ia ao picadeiro assistir ao Picolino! Picolino, que começou na TV Coroados, onde eu fazia a locução de cabine, pois naquela época não existia o "top master" e eu apresentava: "- Atenção senhores pais, este programa foi liberado pelo Departamento de Censura Federal", lembram disso? Eu que apresentava isso na TV Coroados, em Londrina, quando a TV Coroados nasceu. Hoje não existe mais a cabine de televisão, tudo é gravado. Naquela época o Picolino já engalanava o Norte do

utilização de atores habilitados e residentes no Paraná, etc.

Analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou impedimentos de ordem legal. Vou repetir: analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou impedimentos de ordem legal, jurídica e constitucional à sua normal tramitação, com ressalva dos itens abordados na Emenda Substitutiva manifestando-se favoravelmente ao Projeto em questão.

Mereceu também Parecer Favorável da Comissão de Recursos Humanos.

E esta Comissão de Cultura e Esportes, chamada a opinar, conclui visar o Projeto a ampliar o mercado de trabalho dos profissionais paranaenses da área artístico-cultural. Nestas condições, nosso Parecer é favorável opinando pela sua aprovação. 1º de junho de 1988.

E o tempo passa.

Hoje, pela ligação que sempre tivemos com o Palácio, com o próprio Governador Álvaro Dias que é da nossa terra, vem o ilustre Líder do Governo dizer que o Governador Álvaro Dias pediu para retirar o Projeto que tramita já pelas Comissões Permanentes desde outubro do ano passado, já há quase um ano. E de outubro para cá, gerou-se uma expectativa e agora, talvez, uma falsa expectativa junto à classe dos artistas do Paraná.

Ora, se representamos a vontade do povo do Paraná, se o Governador Álvaro Dias assumiu o compromisso com os artistas do nosso Estado, não vejo porque neste momento a Bancada do PMDB se retirar do Plenário, mesmo porque todos nós sabemos que esse Projeto voltará na próxima segunda-feira.

Senhores artistas, fica o testemunho e o registro de que nós tentamos.

Dizia-me agora há pouco, um assessor que este Projeto seria retirado e apresentado por um outro Deputado. Ora, Senhores, não existe veleidade de nossa parte com relação ao Projeto ser de nossa autoria. O que nós queremos é a prática, é a sintonia de uma expectativa ao encontro da que nós pretendemos adotar no nosso Estado. E é preciso...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite-me um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte, com muito prazer. Aliás, para todos os Deputados a nossa conduta tem sempre sido esta, a de debater, a de questionar.

Do debate e do diálogo franco e sincero encontraremos, sem dúvida alguma, e chegaremos ao denominador comum, o que todos nós queremos e o que a sociedade brasileira quer e almeja.

Concedo aparte a Vossa Excelência, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Lindolfo Júnior, a nossa ausência em plenário não representa que não estejamos trabalhando pelo Paraná. Eu estava no meu gabinete atendendo o povo, mas ouvia atentamente o seu pronunciamento.

Quero somente fazer um aparte, e dizer que esta luta é minha, e acredito que é também do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Pirajá Ferreira e de outros companheiros de imprensa. Não ouvi o seu programa de rádio em Maringá, mas acredito.

Mas, estou há anos, na televisão, dizendo que o que me apavorou foi o caso da LOTOPAR, quando queriam trazer a Irmã Letícia para gravar um comercial da LOTOPAR. Aí eu virei bicho na televisão. Com tantos companheiros no Paraná, na minha terra, onde os meus filhos nasceram, e foi aqui que eu me fiz na imprensa, sem menosprezar os atores, companheiros de outros Estados, radialistas, jornalistas, com todo o respeito que eu tenho aos demais Estados do Brasil, mas não posso admitir que se contrate, por exemplo, com todo o respeito que eu tenho à Colônia Japonesa, aquele cidadão japonês lá da... veja, trabalha no meu canal de televisão e na Praça Brasil. Não posso admitir que se vá em São Paulo trazer aquele senhor para gravar um comercial para o Governo, sendo que no Paraná nós temos grandes artistas para fazer o mesmo comercial. O mesmo acontecendo que se contrate artistas do SBT, da Rede Globo ou da Rede Bandeirantes, para ocupar um espaço, quando temos grandes valores no Paraná.

Tenho notado que temos valores no Paraná. Você sabe, eu sou do Norte e não conhecia muito bem Curitiba.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Nós somos do Norte.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - É. Eu não conhecia bem Curitiba. É uma cidade que me encanta, pelos teatros, por tudo o que tem a noite curitibana. Então, comecei a acompanhar o que acontece no Teatro Guaíra e no mundo da cultura da Capital. A propaganda, também, do BAMERINDUS, em que aparecem vários valores que temos no Paraná, e você vai aprendendo, aquela propaganda inclusive é educativa, vai conhecendo pessoas novas.

Outro dia houve uma confusão no Palácio, até trocaram a Sueli por uma grande atleta nossa, que é Gisele Miró. Fui à televisão e já recebi trezentos telefonemas depois que eu falei, porque não se pode falar a verdade.

Paraná, chegava nas suas cidades? Lembra-se que entrávamos em Maringá, e o Picolino alegrava as crianças junto com a tia Luci, com tantos outros artistas que hoje estão esquecidos, abandonados. Hoje eles não têm espaço na televisão!

Por isso estou torcendo para que a Constituinte abra da uma até às sete ou sete e meia da noite, um horário reservado para as programações regionais, para falar das coisas da nossa terra. Não é só o programa "Cadeia", não!

Muita gente acha que o programa que eu tenho na televisão, gera violência. Mentira! Meu programa presta assistência social, traz as denúncias, oferece subsídios, é um grito de alerta que vai ao encontro do ventre da mãe que tem os seus filhos em casa, aos Srs. pais; mas cada um tem uma maneira de apresentar o seu programa e eu tenho a minha, não fiz um curso de ator, mas estou pensando!

E, porque não? Disseram que eu nasci como ator, na televisão, ora, mas então, se eu não o faço tenho que respeitar quem faz, ou aqueles que fizeram. Então, por isso sou a favor de seu projeto e espero que ele seja aprovado nesta Casa, e o Governador Álvaro Dias vai ter que sancioná-lo, para render uma homenagem aos artistas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e Vossa Excelência, faz jus aos quase 100 mil votos que conquistou da família pobre deste nosso rico Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Concede-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte, ao Deputado Algaci Túlio, mas antes quero lembrar que aqueles que contratam atores do eixo Rio-São Paulo para as campanhas, alguém diz aqui que eles deveriam estar trabalhando no Rio e São Paulo, os que contratam gente famosa para suas campanhas políticas, na verdade gostariam de ter um Luiz Carlos Alborghetti, no seu palanque, porque sabem que o Alborghetti é tão conhecido como qualquer ator deste País, e na última hora, evidentemente, para trazer um ator a um comício pagam milhares de OTN's, mas para convidar o Senhor Luiz Carlos Alborghetti a um comício querem fazer o convite na base de um compromisso futuro na sua reeleição para Deputado Estadual ou na sua campanha para Federal, falta valorização, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Vossa Excelência tem toda razão!

Concedo a palavra ao Deputado Algaci

Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Lindolfo Júnior, Vossa Excelência também se transforma num artista, no momento em que consegue falar para um Plenário de apenas 4 ou 5 Parlamentares, onde aqui deveriam ter 54. Isto realmente nos entristece muito, e nós ouvimos atentamente o desabafo do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e eu gostaria de apelar a ele, aos Deputados Pirajá Ferreira, Eduardo Baggio, e a Vossa Excelência, agora integrante da Bancada do PMDB, que são Parlamentares com uma grande margem de votos nesta Bancada, tenho certeza que seus votos somados superam até a um grande número de outros companheiros de suas Bancadas, que solicitassem ao Senhor Governador do Estado, para que aprovasse este projeto, mesmo com algumas emendas. Até me parece que poderiam ser colocadas dentro do projeto, e tranquilizar também o Governador do Estado, Deputado Lindolfo Júnior, pois tenho a certeza que os artistas não irão fazer qualquer protesto quando da aparição do Governador nos canais de televisão fazendo as suas propagandas; o Governador ficaria isento deste projeto, mesmo porque na sua carteira profissional não consta que ele seja artista. Mas, de qualquer maneira ele desempenha o papel de artista, quando se transforma em garoto propaganda aqui no Paraná, nos nossos canais de televisão. Então ele ficaria fora, não sofreria qualquer problema, dentro desse processo, tenho certeza.

Espero que Vossa Excelência e os demais companheiros da Bancada do PMDB, levem ao governador essa tranquilidade, que este projeto não vai atingi-lo.

(Palmas da Assistência).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Algaci Túlio, quando Vossa Excelência se refere ao Lindolfo artista para falar a uma platéia tão reduzida, eu responderia a Vossa Excelência que o artista tem também o seu compromisso, a sua mensagem. E muitas vezes o importante não é a quantidade, mas a qualidade das pessoas que ouvem, que acompanham a nossa mensagem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quando eu falei a Vossa Excelência que se torna um artista falar para uma platéia tão pequena, eu não quis, em momento algum desmerecê-lo, pelo contrário, foi para elogiá-lo, porque realmente Vossa Excelência está fazendo um esforço realmente muito grande para provar da importância do seu projeto e ao mesmo tempo homenageando os artistas que aqui se encontram, o respeito que Vossa Excelência está tendo desse pessoal que aqui se encontra e dos poucos Parlamentares que permaneceram aqui no Plenário, dos

funcionários, e de alguns convidados como por exemplo, o Promotor Público, Dr. Ronaldo Botelho, candidato a vice-Prefeito pelo meu partido, que aqui está prestigiando desde o início da sessão e vendo como é que não se faz política, vendo como não se deve fazer política.

Tenho certeza que ele, em nossos palanques irá dizer do quadro triste e lamentável que ele presenciou nesta tarde de quarta-feira aqui na Assembléia Legislativa. O desrespeito a classe do artista do Paraná.

(Palmas da Assietência).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu me sinto profundamente honrado em falar às poucas pessoas que se encontram neste recinto, principalmente à classe dos artistas, com cerca de 20 pessoas, mas que na verdade representam este grupo 3 mil 888 profissionais artistas credenciados no nosso Estado. Por certo, este grupo que aqui está levará aos seus filiados aquilo que assistem na chamada "Casa do Povo".

Sinto-me honrado em falar a um repórter que tem a minha mais profunda admiração e respeito, que é o repórter policial Tico-Tico, da minha cidade, da minha terra, e que prestigia também a sessão de hoje, dia 10, dia do pagamento que já está todo ele muito mais, comprometido com a inflação, com o desmando, com a insensatez, com a irresponsabilidade de homens públicos que por interesses inconfessáveis continuam na vida pública, quando na verdade são o câncer que deveria ser extirpado, e a nossa sociedade pelo cidadão que tem discernimento, que tem coragem, mesmo contra as armas, porque ele tem a mais poderosa de todas as armas que é o voto. Este, muitas vezes é desrespeitado, mas falo também aos gabinetes, Deputado Algaci Túlio, falo para os Deputados que neste momento me ouvem nos seus respectivos gabinetes, e que sabem da importância da aprovação desse projeto.

Se queremos justiça social, e igualdade de oportunidades, como fizemos desde o começo nesta Casa, apresentando projetos e requerimentos que culminaram, acima de tudo, com uma proposta que a classe comunitária, que a classe universitária almejava, que é o ensino público e gratuito nas nossas universidades estaduais.

Conseguimos, e não mediremos esforços para conquistarmos mais uma vez a oportunidade para estes homens que muitas vezes falam para uma pequena platéia, mas que continuam, mesmo passando dificuldades, sendo cerceados na sua própria profissão pelos Governos anteriores. Porque o Governador Álvaro Dias, e este sim, eu tenho certeza, valorizará o artista paranaense, porque nos prometeu e assumiu este compro-

misso com os artistas do Paraná.

O Deputado Luiz Carlos, falava agora há pouco da LOTOPAR. Eu gostaria apenas de citar o lançamento da LOTOPAR. Vejam a frustração, vejam os resultados iniciais da LOTOPAR. E agora pergunto a Vossas Excelências quem gravou a mensagem de lançamento da LOTOPAR? Um carioca, um alguém com sotaque carioca, dizendo que esta é a nossa loto; uma mensagem falsa. Nós estamos querendo, Deputado Algaci Túlio, e demais Deputados, ajudar o próprio Governo do Paraná. O sotaque tem que ser paranaense nas propagandas do nosso Governo, e não tenham dúvida Senhores artistas que o Governador Álvaro Dias, um homem que tem um futuro brilhante pela frente, um homem que estudou nos grupos escolares da minha cidade, que tem seus pais até hoje em Maringá, que me convidou para que entrasse no PMDB para que pudéssemos garantir a eleição em Maringá.

Um homem que pela sua juventude, pela sua capacidade, tem condições de chegar à Presidência da República. Esse homem precisará de apoio dos paranaenses, e é evidente que, com a sensibilidade que tem, valorizará todos os segmentos da nossa sociedade, do nosso Estado, e principalmente, os artistas do nosso Paraná.

Eu confio no Governador Álvaro Dias, confio no Secretário Fábio Campana, confio e acredito na sensibilidade do Secretário de Estado da Cultura, René Dotti, na assessoria do Governador Álvaro Dias, e no governo do "Avança Paraná", que vai avançar mais uma vez, apoiando e incentivando, valorizando o artista do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão.

Requerimentos:

O Sr. Algaci Túlio (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente, mais uma vez, eu apelo a Vossa Excelência, e tenho certeza de que serei atendido, porque nota-se que apenas esse Parlamentar está aqui em Plenário, e a própria Mesa, ... não, agora enxerguei o Deputado Pirajá Ferreira que estava atrás do companheiro, mas, os requerimentos não poderão ser votados, apenas anunciados.

Então, evidentemente seria interessante que encerrássemos a sessão, por falta de "quorum" e convocando outra para amanhã cedo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de nº 100, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 102, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 116, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do

expediente. À Comissão Executiva para ciência e providências cabíveis..

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, anteriormente anunciada.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia, também anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.